

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

Marina da Silveira Carvalho

**ACESSIBILIDADE EM VEÍCULOS JORNALÍSTICOS E DESINFORMAÇÃO:
Os efeitos da exclusão sobre o consumo de informação por pessoas com
deficiência auditiva e surdez**

Porto Alegre

2024

Marina da Silveira Carvalho

**ACESSIBILIDADE EM VEÍCULOS JORNALÍSTICOS E DESINFORMAÇÃO:
Os efeitos da exclusão sobre o consumo de informação por pessoas com
deficiência auditiva e surdez**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Ruschel Träsel

Porto Alegre

2024

Marina da Silveira Carvalho

**ACESSIBILIDADE EM VEÍCULOS JORNALÍSTICOS E DESINFORMAÇÃO:
Os efeitos da exclusão sobre o consumo de informação por pessoas com
deficiência auditiva e surdez**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel
em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Ruschel Träsel - UFRGS
Orientador

Profa. Dra. Gisele Dotto Reginato - UFRGS
Examinadora

Profa. Dra. Ana Cristina Cypriano Pereira - UFRGS
Examinadora

“Todos nascemos filhos de mil pais e de mais mil mães, e a solidão é sobretudo a incapacidade de ver qualquer pessoa como nos pertencendo, para que nos pertença de verdade e se gere um cuidado mútuo. Como se os nossos mil pais e mais as nossas mil mães coincidissem em parte, como se fôssemos por aí irmãos, irmãos uns dos outros. Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós.”

— valter hugo mãe

AGRADECIMENTOS

Somos resultados de tanta gente. Não existe outra forma possível de começar a agradecer quem participou do início, do meio e do fim deste ciclo. Vale o agradecimento, também, de quem apenas deu uma passada. Todos os encontros são válidos e transformadores às suas medidas. Todos somam o resultado de quem eu sou e do que eu construí. Este trabalho também foi formado por tantas inspirações, referências, sugestões e outros estudos anteriores. Até mesmo a ciência se faz a partir de resultados antecedentes.

Antes de mim, um casal. Uma filha única, que largou este título para virar irmã. O que sou hoje, em grande parte, é resultado de quem somos enquanto família. Obrigada mãe, pai e mana, por acompanharem e viverem esta jornada comigo. Meu sonho é o sonho de vocês. Minhas vitórias são as nossas.

No caminho, encontramos outros mil irmãos e irmãs. Pessoas que aparecem e decidem ficar. Sou também resultado destes encontros. O incentivo, a torcida e o ombro amigo tornam a caminhada mais leve. As amizades são irmãos que escolhemos. Falam mais sobre nós mesmos do que as palavras. E eu agradeço por todas as escolhas que fiz. Sou resultado de vocês.

Se tem algo que nos transforma de uma forma avassaladora é o amor. Sem precedentes, somos resultados de alguém que admiramos e desejamos perto. Amar é um privilégio, porque se na vida existissem resultados otimizados de nós mesmos, eles só seriam possíveis através do amor. O amor verdadeiro te impulsiona, te olha com sinceridade, te responde com honestidade e te aplaude da primeira fileira. Se hoje eu vejo o melhor de mim, é porque também sou resultado de ti, amor.

Com a principal escolha de pessoa na nossa vida, o amor também nos traz outro pai e mãe. À minha família de escolha, deixo minha gratidão. O cuidado mútuo é sincero e enorme. A torcida é como se fosse de uma vida inteira. Que bom encontrar vocês.

No mesmo caminho, cruzei com mestres que me ensinaram tanto: sobre jornalismo, sobre humanidade, sobre ética e profissionalismo. Professores, colegas, entrevistados e inspirações. Minha jornada enquanto jornalista também é resultado de todos vocês.

Sou resultado de tanta gente. Sou Raquel, Joel e Marcell. Sou Rebeca, Tito e Estevão. Sou Guilherme, Marcos e Elisa. Sou Julia, Laíse, Elis e Marcelo. Sou tantas e tantos, mil. Nomeá-los não é justo. O mais sincero agradecimento que posso fazer é reconhecer que, de mim e do que faço, é uma matemática simples de todos vocês. Todas as pessoas que resultaram em mim me pertencem e levam de mim um carinho por toda vida. Com vocês, nunca estarei só. Obrigada.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo compreender se há uma relação entre falta de acessibilidade nos veículos jornalísticos e a suscetibilidade da comunidade surda à desinformação. Através de um embasamento bibliográfico, com destaque para Reis (2022), Reginato (2016) e Bonito (2015), o trabalho aprofundou as noções sobre desinformação e acessibilidade, tanto em termos acadêmicos e jurídicos quanto na realidade aplicada, através da aplicação de um questionário à comunidade surda. Para traçar uma análise sobre esta relação, foi preciso entender como se dá a desinformação na era digital, caracterizada pelo uso das redes sociais, um fator determinante para a disseminação de informação. O ambiente digital, no entanto, também trouxe alguns benefícios para a sociedade, como o aumento de tecnologias assistivas. É através delas que pessoas com deficiências podem acessar conteúdos informativos e exercer seus direitos enquanto cidadãos. Em termos legais, é obrigação de portais e veículos de jornalismo ofertarem recursos de acessibilidade, como legendas e tradução na Língua Brasileira de Sinais, tanto no meio online quanto na televisão. No entanto, a realidade que se apresenta é outra. Em contraste com os fundamentos do jornalismo, de informar de modo qualificado e esclarecer todos os cidadãos de uma sociedade plural e diversa (Reginato, 2016), há uma exclusão informacional. Desta forma, a comunidade surda se torna mais suscetível à desinformação, uma vez que a possibilidade de escolher quais canais e veículos com credibilidade querem se informar, acabam consumindo com plenitude apenas os conteúdos que levam em consideração as necessidades de pessoas surdas.

Palavras-chave: Acessibilidade. Desinformação. Fake news. Inclusão. Exclusão informacional. Tecnologias assistivas. Jornalismo.

ABSTRACT

This research aims to understand whether there is a relationship between the lack of accessibility in journalistic vehicles and the susceptibility of the deaf community to misinformation. Through a bibliographic foundation, with emphasis on Reis (2022), Reginato (2016), and Bonito (2015), the work delved into notions of misinformation and accessibility, both in academic and legal terms, as well as in applied reality. To analyze this relationship, it was necessary to understand how misinformation occurs in the digital age, with the advent of social media being a determining factor for the dissemination of information. However, the digital environment also brought some benefits to society, such as the increase in assistive technologies. It is through these technologies that people with disabilities can access informative content and exercise their rights as citizens. Legally, it is the obligation of news portals and journalistic vehicles to offer accessibility resources, such as subtitles and translation in Brazilian Sign Language, both online and on television. However, the reality presented is different. In contrast to the foundations of journalism, which aim to inform in a qualified manner and clarify all citizens of a plural and diverse society (Reginato, 2016), there is informational exclusion. Thus, the deaf community becomes more susceptible to misinformation, as the possibility of choosing credible channels and vehicles to get informed is limited. They end up fully consuming only the content that considers the needs of deaf people.

Keywords: Accessibility. Misinformation. Fake news. Inclusion. Informational exclusion. Assistive technologies. Journalism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição Percentual das Faixas Etárias	53
Gráfico 2 - Recorrência à televisão como meio de informação	54
Gráfico 3 - Recorrência às redes sociais como meio de informação	55
Gráfico 4 - Recorrência a sites de notícias como meio de informação por faixa etária	57
Gráfico 5 - Frequência de barreiras ao acessar informações nos meios de comunicação	58
Gráfico 6 - Recursos de acessibilidade preferidos nos meios de comunicação	59
Gráfico 7 - Frequência de acessibilidade nos meios de comunicação	61
Gráfico 8 - Treemap de expressões em respostas abertas do grupo 3	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos essenciais na inclusão social	27
Quadro 2 - Aplicativos que utilizam avatar	39
Quadro 3 - Formulação das perguntas do questionário	47
Quadro 4 - Respostas abertas da pergunta 7	64
Quadro 5 - Respostas abertas da pergunta 9	67
Quadro 6 - Relatos selecionados em resposta à pergunta 11	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A DESINFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL	18
2.1 Definições de desinformação	19
2.2 Informação qualificada e verificada como princípio do jornalismo	21
2.3 Novos padrões de consumo de notícias pelas plataformas digitais	24
3 A ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL COMO DIREITO DE TODOS	27
3.1 A deficiência auditiva e surdez pela lente do modelo biopsicossocial	30
3.2 A inclusão social para pessoas surdas e com deficiência auditiva conforme a Constituição brasileira	33
3.2.1 Classificações de tecnologias assistivas para pessoas surdas	37
3.2.2 Barreiras enfrentadas por pessoas surdas com as tecnologias assistivas disponíveis	41
4 CONSUMO DE INFORMAÇÃO E SEUS OBSTÁCULOS ENTRE SURDOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	45
4.1 Procedimentos metodológicos	45
4.2 Análise quantitativa	52
4.3 Análise qualitativa	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
7 APÊNDICES	84
Apêndice A - Tabela de resultados do questionário online	84
Apêndice B - Tabela de resultados do questionário online das perguntas 6 a 10	85
Apêndice C - Tabela de resultados do questionário online das perguntas 11 a 15	87

1 INTRODUÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na República Popular da China. Uma semana depois, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Em menos de um mês, a OMS declara a Covid-19 como uma pandemia, termo que se refere à maior distribuição geográfica de uma doença.

Nesta época, cada novo dado virava notícia. Assim como se espalhava o vírus, circulavam dúvidas, medo e angústia na população brasileira. Poucos sabiam sobre os perigos do novo vírus e qual era o caminho para sair imune da doença que transformava vidas em estatísticas de morte. Era um momento único na história para o jornalismo, ao veicular uma pandemia mundial e travar sua própria batalha contra as fake news nas plataformas digitais. Tão vital quanto a cura, era a informação.

Agora, imagine ser excluído desta conversa. A programação televisiva, embora não se tratasse de outro assunto, não se preocupou em incluir intérpretes de Libras nos noticiários. A informação era vital, mas oferecida de forma democrática para pouco. Seria, então, o jornalismo da democracia?

No mesmo período, o chefe do executivo brasileiro, Jair Bolsonaro, parecia fazer um movimento contrário: incluir a comunidade surda com transmissões e comunicados com tradução feita por intérprete de Libras e, ao mesmo tempo, propagar fake news tanto nas declarações, quanto nas postagens em redes sociais digitais. Ao analisar as comunicações do ex-presidente no período de pandemia, Oliveira (2021) afirma:

Na pandemia, o Governo se opôs às recomendações científicas da OMS e aos governos estaduais que adotaram estas orientações, ao passo que defendeu medidas sem comprovação como o uso da hidroxicloroquina como uma espécie de salvação para a população, gerando instabilidade e insegurança sanitária. [...] A estratégia comunicacional do Governo foi a de usar desinformação durante os dois primeiros meses da pandemia, sob a forma de conteúdo fabricado, conteúdo enganoso, falsa conexão, falso contexto, conteúdo manipulado e sátira ou paródia. (Oliveira, 2021, p. 166).

A justiça do Brasil, em 2021, constatou o mesmo. No relatório final da CPI da Covid¹, apresentado pelo Senado Federal, é listada uma série de declarações do

¹ O relatório completo pode ser acessado através do link:

https://download.uol.com.br/files/2021/10/2954052702_relatorio_final_cpi_covid.pdf

presidente, de seus filhos e de outros aliados contendo falsidades ou distorções sobre temas como vacinas, uso de máscaras e de medicamentos.

Em junho de 2020, ao realizar uma live, com tradução ao vivo feita por uma intérprete de Libras, Jair Bolsonaro afirmou que o uso da máscara em locais fechados poderia causar “oxigenação menor do corpo”. A informação falsa foi desmentida por portais de verificação e jornais, como o Canal UOL. O programa UOL News² trouxe a declaração do então presidente, juntamente com os argumentos que comprovavam a desinformação, mas a própria matéria não tinha nenhum recurso de acessibilidade.

No Brasil, cerca de 5% da população possui deficiência auditiva, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse percentual equivale a mais de 10 milhões de indivíduos. Esta parcela da sociedade teve a oportunidade de entender, em uma das primeiras vezes na história do país, os discursos de um presidente. Em entrevista cedida ao Poder 360³, o intérprete de Libras de Jair Bolsonaro, Fabiano Guimarães, afirmou: “O presidente Bolsonaro inaugurou pela primeira vez na história do Planalto a comunicação direta com a população surda”.

Neste cenário, são perceptíveis as falhas do jornalismo em incluir e informar de modo qualificado para toda sociedade. Todavia, também se torna compreensível a aproximação da comunidade surda, seja movida por afinidades políticas ou não, a conteúdos com desinformação. Seria uma escolha de pessoas surdas consumir fake news ou apenas uma consequência de abismos ainda mais profundos da exclusão informacional?

Mesmo representando uma parcela expressiva da população, as pessoas com deficiência auditiva e surdez ainda sofrem com uma exclusão constante da esfera pública, resultando em uma participação social muitas vezes limitada. Especialmente, no que diz respeito ao acesso à informação e à comunicação de qualidade. Para enfrentar essa exclusão, a legislação brasileira exige que os veículos de comunicação disponibilizem recursos de acessibilidade, como legendas, intérpretes de Libras e audiodescrição, conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015):

² A matéria pode ser assistida online através do link: <https://youtu.be/kgYt61-P1Xw>

³ A entrevista pode ser lida através do link:

<https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-transformou-comunicacao-com-surdos-diz-interprete/>

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (Brasil, 2015, s.p.).

Radabaugh (1993) afirma que, para pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Já para pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis. Bersch (2017) define tecnologia assistiva (TA) como todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. Ainda que previstas por lei, as tecnologias assistivas em veículos de comunicação não estão presentes na maior parte deles.

Desta forma, para que o jornalismo cumpra com o seu princípio de informar o cidadão em uma sociedade plural, é preciso considerar as tecnologias assistivas como recurso indispensável do seu fazer. Pois, assim como a verificação dos fatos embasa o fazer jornalístico, para que preste o serviço de informar com credibilidade, também é preciso a acessibilidade para que a informação chegue a todos os receptores.

Se a informação não chegar antes, provavelmente a desinformação o fará. Vosoughi *et al.* (2018) realizaram uma pesquisa no Twitter, motivada pelo interesse em compreender o comportamento da disseminação de notícias verdadeiras e falsas nas redes sociais e como isso contribui para a propagação de informações falsas na internet. Durante o período da análise, foi possível constatar que as notícias falsas se espalham mais rapidamente, alcançam um público maior e são mais compartilhadas do que as notícias verdadeiras.

Este fenômeno foi possível de se observar durante a pandemia do coronavírus, onde a desinformação influenciou muitas pessoas. Uma pesquisa do IBOPE em 2020 revelou que cerca de 45 milhões de brasileiros estavam indecisos ou rejeitavam a vacina contra a Covid-19, com aproximadamente 14 milhões citando a desinformação como um dos motivos. A pesquisa também revelou que, além da televisão (com 72%), as redes sociais foram a segunda fonte de informação mais significativa sobre a vacina contra a Covid-19.

É importante notar que, enquanto a *closed caption* é largamente empregada pelos canais de TV, a Janela de Libras ainda é raramente encontrada na programação. Atualmente, o Projeto de Lei 4578/20 está em tramitação, exigindo

que as emissoras de TV aberta incluam janelas com intérpretes de Libras em todos os programas de notícias (Agência Câmara de Notícias, 2020, s.p.). Nos principais telejornais do Brasil, esse recurso ainda não é implementado.

Levando em consideração tal realidade, pode-se fazer uma relação direta entre falta de acessibilidade nos principais canais de informação no país, ao passo que, agentes e produtores de conteúdo utilizam das redes sociais e sua capacidade de disseminação para compartilhar desinformação. Foi o caso do próprio chefe do executivo do Brasil durante a pandemia.

Partindo deste ponto, a presente pesquisa foi movida pelo interesse em entender se esta relação é real e reflete a comunidade surda no Rio Grande do Sul, com o objetivo geral de compreender se há uma relação entre a ausência de acessibilidade em veículos jornalísticos e a suscetibilidade da comunidade surda à desinformação. A questão central desta pesquisa é: a ausência de acessibilidade em veículos jornalísticos torna a comunidade surda mais suscetível à desinformação?

A partir deste questionamento, a pesquisa buscou atingir os seguintes objetivos específicos:

- a) discutir o papel do jornalismo na constituição de cidadãos e no combate à desinformação;
- b) identificar quais são os recursos de acessibilidade mais adequados para surdos e pessoas com deficiência auditiva;
- c) observar os hábitos de consumo de informação por surdos e pessoas com deficiência auditiva no Rio Grande do Sul;
- d) compreender como a falta de acessibilidade pode favorecer a circulação de desinformação nesta comunidade.

Para alcançar os objetivos traçados, o processo metodológico escolhido foi a aplicação digital de um questionário sobre o tema, disponível em Libras e em Português. O método é uma técnica de coleta de dados baseada na apresentação de perguntas abertas, fechadas ou de múltipla escolha que, de forma objetiva, se propõe a revelar opiniões, sentimentos, expectativas, situações vivenciadas (GIL, 2008).

As etapas de elaboração do processo metodológico podem ser resumidas em: definição do problema; planejamento amostral; planejamento e redação do questionário; realização de campo; obtenção dos dados; análise estatística e discussão dos resultados.

O questionário desenvolvido continha 15 perguntas, com possibilidade de respostas abertas e fechadas, que buscavam entender sobre os hábitos de consumo e frequência de acesso de informação pela comunidade surda, além das barreiras enfrentadas nos meios de comunicação acessados.

Cada enunciado foi reformulado de Português para ELis (Escrita da Língua de Sinais), a fim de simplificar os termos que, posteriormente, seriam traduzidos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), por um intérprete. Para que o questionário fosse acessível para todas as pessoas com deficiência auditiva, inclusive as que não são alfabetizadas na Língua Portuguesa, foi necessário incluir vídeos com a tradução das perguntas e das alternativas em Libras, assim como o uso de legenda.

O desenvolvimento do trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro busca introduzir o contexto social em que o problema de pesquisa surgiu. O segundo tratou de aprofundar as noções sobre a desinformação na era digital, conforme estudos de Reis (2022), (Sharma, et al., 2019) e Rubin (*et al.*, 2015), além de desdobrar os novos padrões de consumo de informação com o advento das redes sociais.

O terceiro apresenta os dispositivos da Constituição Brasileira que asseguram a acessibilidade e direitos de pessoas surdas, além de percorrer pelos recursos atuais de tecnologias assistivas disponíveis e quais barreiras de acesso ainda são frequentes na comunidade surda. O quarto capítulo discorre sobre a metodologia da pesquisa, além da análise quantitativa e qualitativa dos resultados. Por fim, o último capítulo reúne as discussões desenvolvidas ao longo do trabalho, considerando a análise realizada.

Os resultados obtidos indicam que a amostra pesquisada prefere se informar através das redes sociais. Em relatos coletados, apontam que os canais de televisão aberta nunca ou raramente dispõem de intérpretes de Libras, o principal recurso assistivo que torna a comunicação efetiva para a comunidade surda. Somente um dos veículos mencionados dispõe de caixa de Libras – canal que, em

2024, sofreu uma ação judicial por propagar fake news contra uma ex-deputada em um programa televisivo. Nas redes sociais, meio principal para buscar informações conforme as respostas da amostra, apenas 18% dos perfis eram de jornais. Nenhum deles disponibiliza os recursos assistivos necessários para pessoas surdas. Cerca de 92% dos respondentes afirmaram já ter deixado de acessar algum conteúdo informativo por falta de acessibilidade.

2 A DESINFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL

Durante a pandemia de covid-19, que acometeu o mundo a partir de março de 2020, vimos uma mobilização social no combate contra dois vírus: o SARS-CoV-2, conhecido como coronavírus, e o vírus da desinformação (Soares, 2021, p. 90). Parte deste esforço vinha do jornalismo tradicional e independente, que lutavam contra grupos antivacina e de teorias conspiracionais através da informação verificada. Com o fim da emergência sanitária global, a desinformação permaneceu causando danos à população, com destaque ao povo brasileiro. Na presente pesquisa, vamos nos debruçar nas definições de desinformação e o perigo apresentado para os mais vulneráveis à ela.

Reis (2022) afirma que “desinformação, manipulação de opinião, mentiras, boatos, rumores, e enganos sempre existiram, mas a ascensão das plataformas digitais aumentou significativamente o potencial da disseminação deste tipo de conteúdo”, o que transformou este problema em um fenômeno mundial e cada vez mais estudado por pesquisadores de diversas áreas, como Comunicação, Ciências Sociais e Ciências da Computação.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a “infodemia” comporta-se como uma doença, com sintomas claros. Excesso de informação, incluindo informações falsas ou enganosas, em ambientes digitais e físicos durante um surto de doença são os principais indicadores. A OMS alerta ainda sobre os efeitos de confusão e comportamentos de risco que podem prejudicar a saúde, além de levar à desconfiança nas autoridades governamentais e de saúde.

Soares (2021) aborda a infomedia, em contexto da pandemia de Covid-19, como a polarização no discurso e o espalhamento de informações falsas sobre a doença, o que resultou em uma resposta social inadequada no combate ao vírus. Para além da temática sanitária, a problemática da desinformação inclui a desconfiança, de modo geral, no jornalismo – que desempenha o papel de mediador entre o poder e a esfera pública (Henn, 2002).

De acordo com o autor, o jornalismo detém o valor social de fornecer informações e servir como mediador entre os eventos que ocorrem na esfera pública e a sociedade como um todo. No entanto, em um ambiente cada vez mais

digitalizado e globalizado, o jornalismo enfrenta desafios éticos em meio à rápida disseminação de desinformação e fake news. Henn (2002) destaca a importância da precisão, imparcialidade e responsabilidade na produção de notícias em um contexto de crescente desconfiança do público em relação à mídia jornalística.

A partir dessa perspectiva, as informações falsas afetam diretamente uma das principais finalidades do jornalismo. Reginato (2016) aponta doze características essenciais do fazer jornalístico, das quais, esta pesquisa dará foco em duas: a) informar de modo qualificado e b) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade. A autora afirma ainda que a apuração das notícias está diretamente relacionada com a credibilidade do jornalismo:

A produção de notícias apuradas é um dos elementos que fortalecem a credibilidade jornalística desde sempre: a crença de que a informação transmitida foi checada é um dos pressupostos da relação jornalista sociedade.

(Reginato, 2016, p. 220)

Dessa forma, a disseminação de informações falsas compromete a credibilidade do jornalismo e o esclarecimento do cidadão, corroborando para a desconfiança do público nas mídias convencionais.

2.1 Definições de desinformação

A desinformação, popularmente conhecida como *fake news*, ganhou notoriedade como fenômeno na última década. Uma análise do Google Trends do termo revela um aumento repentino de popularidade por volta do período das eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 2016. “Embora originalmente utilizado para se referir a informações falsas e muitas vezes sensacionalistas disseminadas sob a aparência de reportagens jornalísticas, o termo evoluiu e se tornou sinônimo da disseminação de informações falsas.” (SHARMA, et al., 2019, p.111:3).

Os autores criticam definições existentes do termo *fake news*, ao afirmar que se restringem pelo tipo de informação ou pela intenção de engano, e não capturam o sentido mais amplo do termo com base em seu uso atual. Desta forma, propõe uma nova definição:

Um artigo de notícias ou mensagem publicada e propagada através da mídia, contendo informações falsas independentemente dos meios e motivos por trás disso.

(Sharma, *et al.*, 2019, p. 111:4)

A partir dela, é possível capturar os diferentes tipos de *fake news* identificados, como: a) conteúdo fabricado, aquele que é completamente falso; b) conteúdo enganoso, o que faz uso enganoso de informações para moldar uma questão; c) conteúdo de impostores, que são fontes genuínas impostas com fontes falsas; d) conteúdo manipulado, que são informações genuínas ou imagens manipuladas para enganar; e) conexão falsa, que consiste em manchetes, imagens ou legendas que não sustentam o conteúdo; e f) contexto falso, no qual o conteúdo é genuíno, porém compartilhado com informações contextuais falsas (Sharma, *et al.*, 2019, p. 111:4).

Por outra perspectiva, Rubin (*et al.*, 2015) classifica a desinformação em três tipos distintos. O primeiro tipo inclui sátira ou paródia, onde notícias falsas são publicadas como uma tentativa humorística de satirizar a mídia. O segundo tipo envolve notícias que misturam informações falsas com informações verdadeiras, mas usadas fora de contexto para sustentar uma narrativa enganosa. Por fim, o terceiro grupo consiste em notícias criadas intencionalmente com desinformação, muitas vezes com o objetivo de obter lucro financeiro ou manipular a opinião pública.

Com a presença do jornalismo na era digital, surgiram novos desafios relacionados ao ecossistema de notícias em plataformas digitais – o que virou objeto de estudo de pesquisadores para além da área de comunicação, como cientistas da computação. A partir desse ecossistema, Reis (2022) apresenta um novo panorama da produção, consumo e disseminação de notícias. Antes das plataformas digitais, as notícias eram produzidas apenas por jornais convencionais. Com o surgimento das redes sociais, a produção de notícias deixa de ser um imperativo inerente ao jornalista e passa ao domínio de qualquer usuário das mídias sociais.

Além da produção, o consumo de notícias mudou, tornando-se mais oportuno e barato. No Brasil, conforme apontou um estudo realizado pela *Reuters Institute* (Report, 2018), 66% dos adultos consomem notícias principalmente pelas mídias

sociais. O que leva ao terceiro ponto apresentado pelo autor: o da disseminação de notícias. Através das plataformas digitais, os usuários compartilham e promovem notícias de acordo com sua vontade, o que pode ser, ao mesmo tempo, benéfico e perigoso.

2.2 Informação qualificada e verificada como princípio do jornalismo

O papel social e profissional do jornalismo na sociedade é discutido dentro e fora do meio acadêmico. Pela perspectiva dos veículos, dos jornalistas e dos leitores, Reginato (2016) propõe doze finalidades para o jornalismo, das quais, neste capítulo, vamos nos ater a duas. A primeira delas é informar de modo qualificado, o que, segundo a autora, define-se por:

Fornecer para a sociedade a síntese dos principais acontecimentos; garantir o acesso de diferentes públicos a essa informação. Para ser qualificada, a informação deve ser atual, plural, verificada, relevante, correta, contextualizada e bem redigida.
(Reginato, 2016, p. 218)

Assim como a desinformação tem como requisito conter informações falsas, independente dos meios e motivos que a embasam (Sharma, 2019), além de outras definições que trabalharemos no decorrer deste capítulo, a informação jornalística também segue critérios. Para ser qualificada e se encaixar dentro dos princípios do jornalismo, a notícia precisa ser relevante, correta, contextualizada e, sobretudo, verificada.

É necessário diferenciar a informação da informação qualificada, para que não se cometa o erro de confundir conteúdo nas mídias sociais com jornalismo. A autora defende que informar de modo qualificado implica em exigências. Para tal fim, a informação deve ser atual, plural, verificada, relevante, correta, contextualizada e bem redigida. Ademais, é preciso ampliar o conhecimento sobre algum tema específico, para que o leitor possa atribuir sentido aos acontecimentos.

A mesma ideia é defendida por Kovach e Rosenstiel (2004), que trazem a concepção de informar jornalisticamente como transmitir o conhecimento indireto através do qual as pessoas podem formar as suas opiniões sobre o mundo. Vale destacar que cabe ao jornalismo munir o cidadão com todas as informações necessárias para que ele próprio elabore suas crenças e opiniões, o que também é

defendido pela autora como a finalidade de esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade.

O que nos leva à segunda finalidade do jornalismo, de acordo com Reginato (2016): verificar a veracidade das informações. Que, por sua vez, tem como definição:

Apurar todos os dados e checar as informações para entregá-las ao público com correção e precisão; contribuir com a busca da “verdade” dos fatos.

(Reginato, 2016, p. 219)

De acordo com essa perspectiva, Kovach e Rosenstiel (2004) apontam a busca pela verdade dos fatos como a primeira responsabilidade do jornalismo. Para alcançá-la, os autores defendem a importância de métodos de verificação e checagem, a fim de aproximar a notícia o máximo possível dos acontecimentos reais.

Em concordância, os três autores trazem a verificação como cerne central do jornalismo, como foi em sua origem e segue sendo contemporaneamente. É a verificação dos fatos que leva o jornalismo mais próximo da verdade, dois conceitos que estão separados, porém, conectam-se no fazer jornalístico. De acordo com Kovach e Rosenstiel (2004), a verificação deve ser uma disciplina do jornalista, uma vez que a verdade é um valor que o jornalismo busca por essência. Em outras palavras, “não se sabe se a verdade existe ou não, mas é uma obrigação [do jornalista] persegui-la” (Reginato, 2016, p. 219).

No jornalismo, a verificação contempla métodos objetivos para testar, confirmar dados e fornecer a informação. Kovach e Rosenstiel (2004) os definem conforme os imperativos:

- a) procurar várias testemunhas de um fato;
- b) descobrir novas fontes;
- c) indagar sobre os vários lados de uma questão;
- d) avaliar se o fio condutor da história está suficientemente fundamentado;
- e) confirmar nomes e títulos;
- f) confirmar se todos os envolvidos na história foram identificados e contatados para poderem dar sua versão;

- g) validar se todas as citações estão corretas, devidamente atribuídas e transmitem o que a pessoa quis dizer.

Ainda que o jornalismo tradicional tenha sofrido mudanças com as plataformas digitais (Reis, 2022, p. 11), os autores defendem que a era digital não alterou a essência da função jornalística, que tem como primeiro dever a verificação. A partir de uma perspectiva contemporânea, Reginato (2016) destaca a finalidade do jornalismo de verificar os fatos como o principal diferenciador entre entretenimento, propaganda, ficção e arte. “A verificação assume um contorno de centralidade no contexto atual, em que existem muitas informações que circulam na sociedade, inclusive fornecidas pelas instituições em seus sites e perfis nas redes sociais. Quem é que vai checar se essas informações são verdadeiras ou não? O jornalismo.” (Reginato, 2016, p. 220).

O que antes categorizava o jornalismo e o diferenciava de outros formatos de informação e conteúdo, hoje assume um papel vital para a sobrevivência do fazer jornalístico. As finalidades de verificação e de informação qualificada são algumas das razões que fazem o jornalismo sobreviver a sua crise (Henn, 2002). A crise se dá tanto internamente, uma vez que o jornalismo já não assume o protagonismo no posto de informar a sociedade sobre os acontecimentos da esfera pública (Oliveira, 2016), quanto externamente, com a disseminação de informações falsas no ambiente digital, que contraria um dos seus principais fins (Reginato, 2016).

No âmbito interno, Oliveira (2016) apresenta a realidade do jornalismo não mais como principal fonte de informação dos cidadãos. A época em que o rádio, o jornal impresso e a televisão eram os únicos meios de obter informação sobre acontecimentos triviais, como previsão do tempo, até as principais notícias do mundo, foi substituída pela instantaneidade da era digital. Agora, a previsão do tempo pode ser conferida do aplicativo de celular e um acontecimento do outro lado do mundo pode ser transmitido ao vivo por qualquer internauta nas redes sociais.

No âmbito externo, a facilidade e instantaneidade para se obter informações através das plataformas digitais abriu espaço para desinformar. Reis (2023) afirma que, ainda que seja visível os benefícios trazidos à sociedade pelas plataformas digitais, elas também se tornaram um local propício para realização de campanhas de desinformação que muitas vezes visam enganar as pessoas, especialmente em

contextos de saúde e política. Já Wardle e Derakhshan (2017) alertam que a divulgação de conteúdos falsos na internet é apenas o começo de uma fase obscura que ameaça os processos em rede.

Não à toa, o movimento de verificação de fatos no ambiente digital vem ganhando força nas últimas duas décadas. Em 2003, foi criada a agência americana FactCheck.org, reconhecida como a primeira plataforma digital idealizada para checar a veracidade de notícias jornalísticas. No Brasil, atualmente, os principais sites de verificação de fatos são a Agência Lupa, Truco e Aos Fatos.

Da mesma forma que o jornalismo tem se mobilizado para exercer sua função por essência, de verificar e informar com qualidade, existe um movimento paralelo: o de disseminar informações falsas com distintos propósitos.

2.3 Novos padrões de consumo de notícias pelas plataformas digitais

Mais da metade da população global utiliza ativamente plataformas digitais, que englobam redes sociais online, como Facebook, Instagram, Twitter e TikTok, além de aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Telegram (Gallagher, 2017). Essas plataformas têm alterado profundamente a dinâmica da interação e comunicação online, impactando diversos ecossistemas de informação. Especificamente, as plataformas digitais têm transformado os processos de produção, distribuição e consumo de notícias em nossa sociedade, trazendo tanto oportunidades inesperadas quanto desafios complexos (Reis, 2022).

Um dos desafios das recentes tecnologias sociais, que têm como característica a rápida disseminação e amplas correntes de informações, é o potencial de espalhar desinformação. No entanto, apesar da crescente dependência de novas redes sociais para acessar informações e notícias, ainda há pouca compreensão sobre como elas contribuem para a propagação de informações falsas na internet.

Reis (2022) afirma que as plataformas digitais estão moldando a maneira como as pessoas consomem informações, especialmente notícias. “Apesar dos inúmeros benefícios que essas plataformas trazem para a sociedade, elas também dispõem de um grande potencial para a disseminação de desinformação, que visam

enganar as pessoas, especialmente sobre temas como política e saúde.” (Reis, et al., 2022, p. 11).

A temática sanitária foi contexto para vítimas da desinformação, durante a pandemia do coronavírus. De acordo com uma pesquisa IBOPE realizada em 2020 no Brasil, antes da campanha de vacinação da Covid-19 iniciar, cerca de 45 milhões de pessoas declararam não ter certeza de que iriam se vacinar ou se negaram a tomar a vacina. Dentre os entrevistados, cerca de 34% declararam pelo menos um motivo relacionado à desinformação, totalizando 14 milhões de pessoas. Naquela época, as razões apontadas pelos entrevistados para não se vacinarem eram:

- a) A vacina da Covid-19 contém chips implantados para controle populacional (para 7,8 milhões de brasileiros);
- b) O Bill Gates teria dito que a vacina pode matar cerca de 700 mil pessoas (para 8,2 milhões de brasileiros);
- c) A vacina poderia alterar o DNA (para 5,7 milhões de brasileiros);
- d) As vacinas são produzidas a partir de células de fetos abortados (para 4,9 milhões de brasileiros).

A pesquisa apontou, ainda, que após a televisão (com 72%), as redes sociais foram a fonte de informação mais relevante sobre a vacina contra a Covid-19. Conforme Reis (2022), existe uma crescente preocupação sobre a elaboração e divulgação de conteúdos com desinformação por parte dos produtores de conteúdo, os quais os disseminam amplamente por meio de redes sociais.

Sob a mesma perspectiva, Vosoughi *et al.* (2018) investigam o comportamento da disseminação de notícias verdadeiras e falsas online, a fim de compreender como as redes sociais contribuem para a propagação de informações falsas na internet. Vosoughi, em conjunto com outros pesquisadores, analisou um conjunto de dados abrangente de notícias compartilhadas no Twitter entre 2006 e 2017. Eles descobriram que as notícias falsas se espalham mais rapidamente, alcançam um público maior e são mais compartilhadas do que as notícias verdadeiras. Além disso, as notícias falsas tendem a provocar reações emocionais mais fortes e negativas nos usuários.

Na tentativa de buscar uma justificativa para o fenômeno, os autores afirmam que:

Isso se dá porque, ao contrário do que se imagina, os humanos, não os robôs, têm mais probabilidade de propagar notícias falsas do que a verdade. (Vosoughi et al., 2018, p. 1)

Resende *et al.* (2019) comprova este fenômeno no período pré-eleitoral no Brasil, numa análise feita em 505 grupos de WhatsApp. O resultado apresentou que, dentre as imagens compartilhadas, 85 continham desinformação e foram oito vezes mais compartilhadas do que outras 69.590 imagens, que eram verdadeiras ou não haviam sido denunciadas para verificação por qualquer agência independente.

Embora o número total de imagens rotuladas como desinformação seja relativamente baixo – apenas 1% do número total de imagens compartilhadas – essas imagens foram vistas em 44% dos grupos monitorados durante o período da campanha eleitoral, o que significa que elas têm um alcance significativo.

Logo, em decorrência da inserção das plataformas digitais no ecossistema de notícias, existem diferentes esforços no campo do Jornalismo que buscam entender melhor essas mudanças e propor soluções para dar suporte a este fenômeno. Henn (2002), além de buscar compreender como as mudanças tecnológicas têm impactado os padrões de consumo de notícias, explora a ideia de que as redes sociais têm levado a uma fragmentação dos padrões de consumo de informações jornalísticas. O autor investiga justamente a relação entre as redes sociais e o jornalismo contemporâneo, que tem sido afetado pela forma como as informações são filtradas, compartilhadas e interpretadas pelos consumidores.

As mudanças tecnológicas, com o aumento crescente do uso de redes sociais pelos brasileiros, têm transformado fundamentalmente a maneira como as pessoas consomem notícias. Este novo padrão de consumo influencia não apenas os canais de distribuição, mas também os processos de recepção e entendimento das informações jornalísticas, em contraste com os conteúdos de desinformação que disputam os mesmos espaços.

3 A ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL COMO DIREITO DE TODOS

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 1 bilhão de pessoas, ou seja, aproximadamente 15% da população mundial, vivem com alguma forma de deficiência. As deficiências podem ser físicas, sensoriais, intelectuais ou mentais. No Brasil, a população com deficiência foi estimada em 18,6 milhões de pessoas a partir de 2 anos de idade, o que representa 8,9% da população desta faixa etária, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022.

A Lei nº 13.146, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera pessoa com deficiência aquela que tem:

[...] impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015, s.p.)

A mesma legislação é destinada a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à inclusão social e cidadania. Para assegurar a aplicação da lei, consideram-se alguns conceitos essenciais, dos quais cinco são pertinentes ao tema de pesquisa da presente monografia:

Quadro 1 - Conceitos essenciais na inclusão social

Conceito	Definição
Acessibilidade	Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por

	peessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
Desenho universal	Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;
Tecnologia assistiva ou ajuda técnica	Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;
Barreiras	Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Estas barreiras são classificadas em urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas.

Comunicação	Forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;
-------------	---

Fonte: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (Brasil, 2015, s.p.).

Os conceitos apresentados acima, contemplados no Estatuto da Pessoa com Deficiência, estarão presentes no decorrer desta pesquisa ao abordar sobre o que deve ser exigido para garantir a acessibilidade e a autonomia de pessoas com deficiência. No entanto, ainda que seja previsto por lei, as barreiras enfrentadas por esta parcela da população são inúmeras. Nesta pesquisa, daremos enfoque às barreiras tecnológicas assistivas e de acesso à informação.

Do direito de acesso à informação e à comunicação, a Lei nº 13.146 garante:

É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. (Brasil, 2015, s.p.)

Desta forma, é dever dos veículos jornalísticos brasileiros estarem de acordo com as normas determinadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, de modo que garanta o pleno acesso à informação e à comunicação. Especificamente, para empresas de telecomunicação, a lei estabelece critérios para o cumprimento de tecnologias assistivas, determinados pelo Art. 67:

Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:
I - subtitulação por meio de legenda oculta;
II - janela com intérprete da Libras;
III - audiodescrição.
(Brasil, 2015, s.p.)

No terceiro capítulo da Lei nº 13.146, que aborda a Tecnologia Assistiva, o artigo 74 estipula que as pessoas com deficiência têm direito ao acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva, com o objetivo de ampliar sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida (Brasil, 2015, s. p).

Bonito (2015) ressalta que, embora existam diversas normas relacionadas à acessibilidade digital e informacional, poucas são efetivamente aplicadas pelo governo ou pelas empresas de comunicação. Isso resulta em legislações invisíveis, que raramente são cobradas pelas autoridades públicas, causando uma lacuna significativa para as pessoas com deficiência, que necessitam dessas medidas para garantir seu pleno acesso aos meios de comunicação.

3.1 A deficiência auditiva e surdez pela lente do modelo biopsicossocial

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), uma ferramenta da Organização Mundial de Saúde (OMS) criada no ano de 2001, tem como objetivo fornecer uma linguagem padronizada e um sistema de codificação para descrever e medir a funcionalidade e a incapacidade das pessoas, bem como os fatores que influenciam sua saúde. Atualmente, é o modelo aceito no meio acadêmico para entender a deficiência como uma condição de saúde a partir de diversos fatores, e não mais como uma incapacidade consequente de uma doença, como era definida no antigo modelo médico (Bonito, 2015).

O modelo médico historicamente predominante nas políticas públicas até a década de 1960 encarava a deficiência como uma condição individual patológica, atribuindo a responsabilidade pela sua superação aos cuidados médicos e à reabilitação física para tornar o corpo socialmente aceito. Essa abordagem estigmatiza as pessoas com deficiência, considerando-as como problemas

individuais que precisam ser corrigidos para se integrarem à sociedade (Klazura, 2021, p. 10).

Em contraste, Klazura (2021) pontua uma nova perspectiva de políticas públicas, através do modelo biopsicossocial da deficiência, que propõe uma visão mais ampla, reconhecendo as barreiras sociais como principais obstáculos para a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade. Nesse sentido, o autor destaca a importância de políticas que visem não apenas a reabilitação individual, mas também a promoção da igualdade de oportunidades e a remoção de barreiras sociais e estruturais que impedem a participação plena e igualitária dessas pessoas.

Ao contrário do paradigma anterior, o modelo biopsicossocial busca alterar as condições sociais por meio de políticas públicas inclusivas, transferindo a responsabilidade de promover a acessibilidade dos indivíduos e das famílias para diferentes instâncias da sociedade. De acordo com Klazura (2021), neste novo modelo, é incumbência da sociedade eliminar todas as barreiras físicas, programáticas e atitudinais, garantindo às pessoas acesso aos serviços, locais, informações e recursos necessários para seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Para compreender a deficiência na contemporaneidade, o modelo biopsicossocial trabalha com dois conceitos: a funcionalidade e a incapacidade. O primeiro é um termo abrangente que envolve os componentes de: participação, atividades, funções do corpo, estruturas do corpo, condição de saúde, fatores ambientais e fatores pessoais. O segundo é um termo que indica os aspectos negativos da interação entre um indivíduo com uma condição de saúde e os fatores contextuais (ambientais e pessoais). Desta forma, a incapacidade engloba: restrição à participação; limitação à atividade; prejuízo nas funções do corpo; prejuízo nas estruturas do corpo; condição de saúde; barreiras nos fatores ambientais e fatores pessoais (Organização Mundial da Saúde, 2001).

Ambos os termos são multidimensionais e englobam as experiências humanas em sociedade. A funcionalidade e a incapacidade, conforme seus graus, podem diferir entre pessoas com a mesma condição de saúde, ao passo que podem ser os mesmos entre pessoas com diferentes condições de saúde. Ou seja, os

diagnósticos médicos podem permanecer os mesmos, porém a experiência com a funcionalidade pode mudar.

Desta forma, a deficiência é entendida como uma condição não isolada de um indivíduo, que contempla desde aspectos de funções e estruturas do corpo até o grau de envolvimento deste indivíduo em uma situação de vida real e os problemas que ele enfrenta experimentando a sociedade. Assim, os fatores ambientais podem ser entendidos tanto como facilitadores (em um contexto inclusivo) quanto como barreiras (em um contexto que não leva em conta a inclusão social).

Nesta pesquisa, vamos nos ater, em termos de contexto e acessibilidade, à deficiência auditiva e surdez. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 5% da população brasileira possui deficiência auditiva. Esse percentual equivale a mais de 10 milhões de indivíduos, dos quais 2,7 milhões sofrem de surdez profunda, caracterizada pela incapacidade total de audição.

Popularmente, a diferença entre pessoas com deficiência auditiva e pessoas surdas pode passar despercebida. No entanto, a distinção de ambos os conceitos é essencial para entender, inclusive, o contexto desta pesquisa. Pela Lei nº 14.768, define a deficiência auditiva como:

Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2023, s.p.)

A surdez é definida, pelo Decreto 5626/05, como:

Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. (Brasil, 2005, s.p.).

Cabe ressaltar que, do ponto de vista jurídico, a surdez está diretamente relacionada com o pertencimento social, não apenas com uma definição médica. Há uma diferenciação no aspecto cultural entre pessoas surdas e com deficiência auditiva (Cromack, 2004, p.10). O principal critério para optar por um termo em detrimento do outro é o envolvimento com a comunidade surda. Aqueles que se veem como integrantes dessa comunidade se identificam como surdos, enquanto aqueles que não estão inseridos nela são referidos como pessoas com deficiência

auditiva. Nessa abordagem, a gravidade da perda auditiva deixa de ser relevante, uma vez que é a identidade surda que determina a questão.

[...] a cultura e a comunidade surda, por se tratar de dimensões inseridas na cultura hegemônica, que é a ouvinte, foram e são formadas, ainda hoje, com base na exclusão imposta pelo mundo ouvinte, como também com base nos valores negativos propostos a essa diferença. A cultura surda, no entanto, começou a expandir-se não somente no âmbito educacional, ou seja, não mais como uma língua diferente, mas também por conhecimentos e crenças comuns que auxiliaram na constituição de uma cultura própria. Então, a constituição da identidade dos surdos passa pela mudança de paradigma da deficiência para o de minoria linguística e cultural. (Cromack, 2004, p. 76)

Diante do exposto, percebemos uma distinção entre surdo e deficiente auditivo, que vai além da condição patológica e se baseia na interação do sujeito com o mundo de forma visual, em sua manifestação cultural e no uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Sob essa perspectiva, consideramos como deficiente auditivo (ou surdo oralizado) aquele indivíduo que, por meio de aparelhos auditivos, implantes cocleares ou até mesmo da oralização, não tem uma experiência predominantemente visual do mundo, mas sim uma experiência sonora, e que utiliza a Língua Portuguesa, não a Libras, para se comunicar.

Dessa forma, entendemos que o conceito de deficiente auditivo está associado a uma identidade baseada principalmente em uma experiência auditiva, ao contrário do surdo, que tem pouca ou nenhuma experiência com o som e, portanto, possui uma identidade surda sinalizante (Machado, 2021).

Portanto, há uma distinção constitucional, fisiológica e cultural entre pessoas com deficiência auditiva (surdo oralizado) e pessoas surdas (sinalizantes). Existem, no entanto, diferenças nas barreiras e níveis de acessibilidade para estes dois públicos, principalmente, quando se analisa a inclusão no jornalismo.

3.2 A inclusão social para pessoas surdas e com deficiência auditiva conforme a Constituição brasileira

A inclusão de pessoas surdas e com deficiência auditiva ao longo dos anos é medida, primeiramente, pela criação de mecanismos legais que, em instâncias sociais e públicas, podem oferecer a inclusão plena do surdo e o acesso do mesmo à informação e ao conhecimento. Um dos avanços mais significativos foi o

reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais como o idioma da comunidade surda brasileira, através da Lei nº 10.436.

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002, s.p.)

Levando em consideração a Libras como língua oficial da comunidade surda, a Constituição brasileira assegura ainda um contato pleno com a informação. O Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei de Acessibilidade (Nº 10.098/00), estipula de forma abrangente a acessibilidade em todos os setores da sociedade, assegurando atendimento prioritário aos surdos por meio da intermediação realizada por intérpretes de Libras ou indivíduos capacitados nessa língua.

Além disso, esse decreto prevê a inclusão de uma 'janela com intérprete de Libras' para facilitar o acesso à informação e comunicação, tendo o Tradutor e Intérprete de Libras (TILSP) como o profissional responsável por proporcionar aos telespectadores surdos esse acesso. A Portaria 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações, destaca recursos de acessibilidade na televisão para pessoas com deficiência visual e auditiva, entre os quais se destaca o TILSP, considerado um canal de mediação entre surdos e ouvintes (Nascimento, 2011, p. 71).

Lacerda *et al* (2019) definem a Libras como um sistema de signos composto por regras e elementos gramaticais, que permitem a seus usuários serem capazes de se comunicar e se compreender de forma efetiva. É considerada natural por ter surgido espontaneamente da necessidade de comunicação dos membros da comunidade surda do Brasil. É necessário compreender que a Língua de Sinais é construída a partir de estímulos visuais-gestuais, o que se diferencia da Língua Portuguesa, que é oral-auditiva.

Sem essa diferenciação, é comum o pré-conceito de que toda pessoa com deficiência auditiva ou surda, por mais que não seja capaz de escutar, pode ler legendas em Português. É importante destacar que indivíduos com deficiência auditiva, principalmente pessoas surdas, não sabem, necessariamente, ler e escrever na Língua Portuguesa. Segundo a World Federation of the Deaf (WFD),

aproximadamente 80% dos surdos em todo o mundo são analfabetos em línguas escritas (Debevc et al., 2011).

Os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mostram que, em 2010, 18,8% da população com deficiência auditiva na faixa etária dos 10 aos 14 anos foram consideradas analfabetas. A partir dos 50 anos ou mais, ocorre a maior concentração (36,6%) de pessoas com deficiência auditiva não alfabetizadas. A desigualdade fica em evidência quando comparada com a taxa nacional de analfabetismo para os adolescentes e jovens sem deficiência, entre 15 e 24 anos, que era de 2,5% em 2010.

No contexto brasileiro, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o Português são idiomas distintos. Enquanto o Português é processado principalmente a partir de sons, a Libras é uma língua visual, operando exclusivamente por meio da comunicação visual (Quadros, 2007). Ou seja, para uma pessoa surda poder ler e escrever em Português, ela precisa ser alfabetizada, tornando-se surdo bilíngue.

No entanto, o modelo educacional imposto à comunidade surda foi, durante muitos anos, pautado pela língua falada. Esse modelo, que visa apenas à oralização, não garante, contudo, o espaço necessário à língua espontânea da comunidade surda. Para ser alfabetizado foneticamente, é exigido um esforço considerável do aluno e em muitos casos não há sucesso no aprendizado (Quadros, 2007).

[...] o apoio que o ouvinte encontra em sua língua materna está ausente para o surdo. Se o ouvinte pode, por exemplo, se apoiar no som que conhece das palavras, o surdo não pode fazê-lo. Assim, o sentido que a escrita da Língua Portuguesa tem para falantes nativos não é o mesmo, obviamente, para o surdo, tornando o processo de ensino-aprendizagem desta bastante singular e difícil nesse contexto específico.
(Dias, 2016, p. 10)

Desta forma, Dias (2016) defende que a educação bilíngue (ensino de Libras e de Português) é a metodologia mais plena para a alfabetização de pessoas surdas e pode garantir que esta parcela da sociedade tenha o mais amplo acesso à comunicação dentro e fora da comunidade surda. Assim, entende-se que “a escrita da Língua Portuguesa é meio para interação, tanto com surdos quanto com ouvintes, e meio de acesso às informações em espaços onde somente uma modalidade escrita pode cumprir esses papéis” (Dias, 2016, p.10).

Conforme citado anteriormente, a Lei Nº 13.146, que entrou em vigor em janeiro de 2016 como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), regulamentou a

acessibilidade para pessoas com todo tipo de deficiência. Ela reitera diversos pontos relacionados à acessibilidade e acessibilidade digital, que vão desde penalizar quem desrespeitar pessoas com deficiência, até a obrigatoriedade da presença de intérprete de Libras em shows e concertos musicais.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) estipula penalidades e multas para os sites que não garantem acessibilidade para pessoas com deficiência, incluindo recursos como tradução para Libras, legendas em vídeos, e transcrição de áudios, entre outros.

3.3 Tecnologias assistivas e acesso à informação para pessoas surdas

“Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis.

Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”.

(Radabaugh, 1993)

Conforme mencionado anteriormente nesta pesquisa, é garantido pela Lei nº 13.146 o acesso à informação e acessibilidade, em todos os âmbitos, através de tecnologias assistivas para todas as pessoas com deficiência no Brasil. A Constituição ordena que “é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente” (Brasil, 2015, s.p.).

Desde que a lei entrou em vigor, muitas tecnologias e recursos assistivos para propiciar acessibilidade em ambientes digitais e televisivos foram criados e difundidos. O termo "tecnologia assistiva" abrange todas as ferramentas de acessibilidade criadas para simplificar a rotina dessas pessoas, proporcionando maior independência na execução de suas tarefas, especialmente aquelas que envolvem sons ou interações com pessoas ouvintes que não dominam a Língua de Sinais.

Bersch (2017) define tecnologia assistiva (TA) como todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades

funcionais de pessoas com deficiência e conseqüentemente promover vida independente e inclusão. “A TA deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento” (Bersch, 2017, p.2).

Existem inúmeras tecnologias que auxiliam no dia a dia da comunidade surda, desde um despertador que vibra ao invés de tocar um som até aparelhos auditivos. Os recursos de tecnologia assistiva são organizados ou classificados de acordo com objetivos funcionais a que se destinam. Nesta pesquisa, vamos nos ater aos recursos voltados ao acesso à informação, seja pela televisão, websites ou redes sociais. De acordo com Bersch (2017), dentre estas tecnologias, há dois tipos de recursos voltados para pessoas com deficiência auditiva.

O primeiro são os recursos de acessibilidade ao computador. Contempla o conjunto de hardware e software especialmente idealizado para tornar o computador acessível a pessoas com privações sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais e motoras. Inclui dispositivos de entrada (mouses, teclados e acionadores diferenciados) e dispositivos de saída (sons, imagens, informações táteis).

O segundo são os auxílios para melhorar a função auditiva e recursos utilizados para traduzir os conteúdos de áudio em imagens, texto e língua de sinais. Abrange uma variedade de ferramentas, desde dispositivos como infravermelho e FM, passando por aparelhos auditivos, até sistemas que oferecem alertas táteis e visuais. Isso inclui celulares com capacidade de mensagens escritas e chamadas por vibração, além de software que converte texto digitado em voz e vice-versa. Também são disponibilizados livros, textos e dicionários digitais em língua de sinais, assim como sistemas de legendas e avatares em Libras.

3.2.1 Classificações de tecnologias assistivas para pessoas surdas

O Sistema Único de Saúde (SUS) classifica as tecnologias assistivas para surdos em dois grupos: i) os recursos disponíveis na televisão analógica; ii) os recursos disponíveis nos meios digitais (Fundação Oswaldo Cruz, 2019, p. 4). Para tradução de conteúdos de áudio na TV analógica, estão disponíveis dois recursos: a

legendagem para surdos e ensurdecidos (LSE), ou Closed Caption (CC), e a Janela de Interpretação de Língua de Sinais.

A LSE atende aqueles indivíduos que compreendem a Língua Portuguesa e é definida como:

[...] a tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua. Por ser voltada, prioritariamente, ao público Surdo e Ensurdecido, a identificação de personagens e efeitos sonoros deve ser feita sempre que necessário. (NAVES, et.al., 2016, p. 10).

Já os recursos para tradução de conteúdos para surdos disponíveis no meio digital, que é mais interativo, permitem a comunicação on-line entre pessoas surdas e ouvintes. De acordo com a classificação realizada pela Fundação Oswaldo Cruz, estes recursos podem ser agrupados em três grupos distintos:

i) Tecnologias dependentes de um intermediário: são aquelas que dependem de um intermediário humano para estabelecer a comunicação.

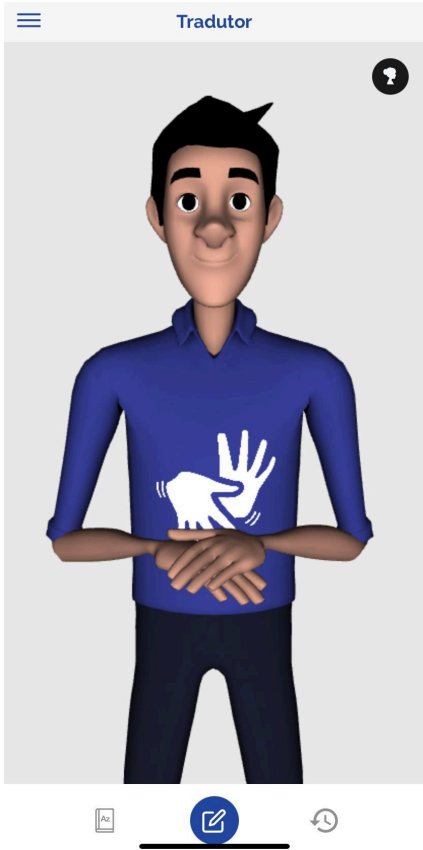
O TeleTypewriter (TTY), inventado por Robert Weitbrecht nos anos 1960, permitia a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes. Ele funcionava conectado ao telefone, exibindo mensagens de texto para usuários com TTY e sendo interpretado por operadores para usuários sem o dispositivo. Atualmente, nos smartphones, o TTY é uma função de acessibilidade que permite que pessoas com deficiência auditiva ou da fala se comuniquem por texto em tempo real durante chamadas telefônicas. Essa função converte o áudio da chamada em texto e vice-versa. Geralmente, essa função pode ser encontrada nas configurações de acessibilidade dos smartphones.

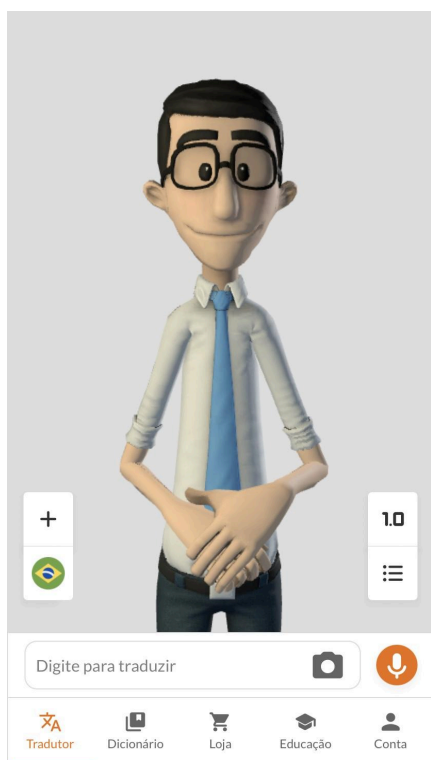
No Brasil, já existem aplicativos para atendimento à saúde em Libras. O aplicativo SMPED-CIL, por exemplo, conecta surdos e intérpretes de Libras em tempo real durante atendimentos públicos em São Paulo, mediante agendamento prévio. Com o mesmo intuito, existe o aplicativo Central de Libras, desenvolvido pela Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações em 2022. A plataforma conecta a pessoa surda usuária a um intérprete de Libras, que passará a intermediar a conversa com o servidor da Prefeitura de São José dos Campos.

ii) Tecnologias que utilizam um avatar: a comunicação é feita pela tradução de áudios e/ou texto em português para língua de sinais por meio de um avatar.

Dentre os exemplos, estão os aplicativos VLibras, HandTalk e Rybená, oferecidos em diversas plataformas, incluindo aplicativos móveis, plugins de navegadores para tradução de páginas web e softwares para computador.

Quadro 2 - Aplicativos que utilizam avatar

	<p>VLibras</p> <p>Desenvolvida em colaboração entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Universidade Federal da Paraíba, o VLibras é um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto.</p> <p>Compatível tanto com computadores tradicionais quanto dispositivos móveis, o VLibras traduz conteúdos digitais em texto, áudio e vídeo para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), utilizando um avatar.</p> <p>O VLibras está disponível para download através da barra de Identidade Visual do Governo Federal, cujo uso foi padronizado nos sites do Poder Executivo pela Instrução Normativa nº 8, de 19 de dezembro de 2014.</p> <p>Reconhecido por sua contribuição à acessibilidade, o VLibras foi vencedor da categoria "Aplicativos/Tecnologia Assistiva" no Prêmio Nacional de Acessibilidade - Todos@Web em 2016.</p> <p>Link: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/vLibras</p>
	<p>HANDTALK</p> <p>Esta solução oferece uma tradução digital e automática para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da Língua de Sinais Americana através de dois produtos principais: um tradutor de sites, que é pago e deve ser integrado ao site pela empresa ou instituição responsável, e um aplicativo para celular gratuito que traduz texto para Libras a partir de fala ou digitação.</p>



Assim como outras soluções similares, a tradução é realizada por meio de um avatar. No HandTalk, os intérpretes virtuais são chamados de Hugo e Maya. Em 2013, foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas como o melhor aplicativo do mundo na categoria "Inclusão Social". Fonte: Portal G1, 2013

Link: <https://www.handtalk.me>



RYBENÁ

Criada em 2003 pelo Instituto CTS, é reconhecida como a primeira solução de tradução português-Libras no Brasil. Disponível em duas versões - Web e Celular - o Rybená Web não apenas traduz textos do português para Libras, mas também oferece um recurso que converte texto escrito em voz, ampliando a acessibilidade para pessoas com deficiências visuais e intelectuais, analfabetos funcionais, idosos, disléxicos e outros com dificuldades de leitura e compreensão de textos. O Rybená Web é um serviço pago e deve ser incorporado aos sites por seus desenvolvedores ou proprietários.

Link: <http://portal.rybena.com.br>

iii) Tecnologias de detecção de sinais: é uma área ainda em desenvolvimento. Atualmente, encontra-se em fase de pesquisa e não está disponível para a população em geral. No entanto, pode ser o futuro da acessibilidade com mais sucesso, principalmente, quando se trata da tradução de Libras.

Nesta área, existem pesquisas que buscam traduzir de forma automática os gestos da língua de sinais utilizando luvas especiais ou câmeras de vídeo. Tecnologias como o SignAloud, que se baseiam no uso de luvas, são equipadas com sensores que captam os movimentos das mãos e os transmitem para um computador. Este, por sua vez, analisa os dados recebidos em busca da palavra correspondente ao gesto registrado em seu banco de dados (Flores, Barbosa, Rigo, 2012).

Já as tecnologias que empregam câmeras de vídeo para tradução registram os movimentos do contorno das mãos e da cabeça, e podem ser acessadas através da câmera frontal de um smartphone (Rao, Kishore, 2018).

3.2.2 Barreiras enfrentadas por pessoas surdas com as tecnologias assistivas disponíveis

Ainda que exista uma legislação que regulamenta a acessibilidade para pessoas surdas e que a Libras seja reconhecida legalmente como a língua oficial desta comunidade, a maioria dos veículos jornalísticos não cumprem com as exigências necessárias para garantir o acesso devido de pessoas com deficiência auditiva à informação, tanto no ambiente digital quanto na televisão. O recurso aplicado de forma incorreta, a falta de tecnologias totalmente acessíveis ou a inexistência delas são barreiras enfrentadas por pessoas surdas no acesso à informação.

Dos exemplos citados no subcapítulo anterior, ainda que representem um avanço na inclusão de pessoas surdas no acesso à informação e na comunicação desta comunidade com pessoas ouvintes, não são soluções completas. A falta de fiscalização governamental para garantir as normas de acessibilidades em sites,

redes sociais e na televisão; o descaso de algumas empresas em investir em tecnologias assistivas; e os recursos acessíveis, que não contemplam toda comunidade surda e suas necessidades, são alguns dos motivos que impedem uma acessibilidade efetiva.

A acessibilidade televisiva, por exemplo, vincula-se quase exclusivamente ao uso do sistema closed caption (CC) (Lopes Terceiro, 2015). O autor argumenta que, neste método de legendagem, o conteúdo televisivo é convertido para a língua nativa do país, como o Português no caso do Brasil, e transmitido em sinal fechado, que pode ser recebido por dispositivos receptores equipados com a opção de legenda oculta.

No entanto, este sistema geralmente não proporciona plena acessibilidade para pessoas surdas, pelas seguintes razões:

1. O idioma oficial de pessoas surdas é a Libras, não o português e, por isso, as legendas não são totalmente acessíveis para toda comunidade;
2. Por vezes, principalmente quando a programação é ao vivo, as legendas falham, omitem conteúdo e não são fieis ao que está sendo veiculado pela televisão;
3. Em alguns casos, as legendas passam muito rápido, dificultando o acompanhamento da leitura;
4. Não são todos os canais que se preocupam com a acessibilidade do surdo e transmitem os seus conteúdos televisivos por meio de CC;

É importante observar que, embora a closed caption seja amplamente utilizada pelos canais de TV, a Janela de Libras ainda é pouco frequente na programação televisiva. Está em andamento o Projeto de Lei 4578/20, que obriga as emissoras de TV aberta a ter janela com intérprete de Libras em todos os programas de notícias (Agência Câmara de Notícias, 2020, s.p.). Nos principais telejornais do país, este recurso ainda não é utilizado.

Mesmo quando é incluída, nem sempre atende às expectativas das pessoas surdas, pois seu tamanho muitas vezes é considerado pequeno, dificultando a compreensão do conteúdo. Para além do telejornalismo, o acesso à informação de pessoas com deficiência auditiva e surdas na internet também enfrenta barreiras.

Rocha e Melgaço (2018) realizaram uma análise dos aplicativos VLibras e o HandTalk, citados anteriormente. Os autores concluem que ambos têm o potencial de enriquecer o vocabulário tanto de pessoas surdas quanto de ouvintes, graças ao acesso ao dicionário oferecido por esses aplicativos. No entanto, ressaltam a questão do uso do português sinalizado nas traduções realizadas pelos avatares. Eles apontam que, muitas vezes, os avatares apenas sinalizam cada palavra separadamente, sem oferecer uma tradução da frase como um todo, o que compromete a compreensão do contexto interpretado.

Nessa situação, é utilizada a gramática da Língua Portuguesa, em vez da Língua Brasileira de Sinais, o que pode gerar desconforto e confusão. Esse problema também foi identificado na pesquisa conduzida por Colling e Boscaroli (2014). Eles examinaram a correção gramatical de frases em Português e a compreensão por parte de tradutores e intérpretes de Libras e crianças surdas nos aplicativos Rybená e Hand Talk.

Conforme observado pelos autores, houve dificuldade em alcançar uma tradução automática coerente devido às diferenças estruturais entre as línguas, resultando na tradução efetiva da frase (português sinalizado) pelos três aplicativos. A ausência ou falta de clareza das expressões faciais também foi destacada como um problema significativo, já que estas desempenham um papel crucial na compreensão da língua de sinais. Além disso, foi identificado um desafio adicional relacionado ao regionalismo de alguns dos sinais utilizados.

As tecnologias de detecção de sinais, apontadas no subcapítulo anterior, também apresentam entraves, quando se pensa na efetividade do recurso assistivo. Uma limitação da SignAloud, as luvas sensoriais, é a sua incapacidade de capturar os elementos gramaticais transmitidos pelas expressões faciais, tais como movimentos de olhos, boca, cabeça, sobrelance e tronco, que desempenham um papel crucial na entonação das palavras na Língua Brasileira de Sinais.

A segunda tecnologia, baseada em câmeras de vídeo para tradução a partir dos movimentos das mãos e da cabeça, também apresenta algumas lacunas. Por exemplo, a identificação correta da configuração das mãos e dedos, além do controle de contraste de luz em ambientes não controlados, o que pode dificultar a captação da mensagem de forma correta para realizar a tradução (Rao e Kishore, 2018).

As pessoas surdas enfrentam diversas barreiras ao utilizar tecnologias assistivas, incluindo desafios tecnológicos de compatibilidade e acessibilidade, dificuldades de aprendizado e acesso devido ao custo e disponibilidade limitada, além de barreiras culturais e sociais, como estigma e discriminação.

A falta de suporte para línguas de sinais, a qualidade inconsistente das tecnologias e a falta de treinamento adequado também contribuem para os obstáculos enfrentados pelas pessoas surdas ao utilizar tecnologias assistivas, impactando sua capacidade de acessar e utilizar esses recursos de forma eficaz.

4 CONSUMO DE INFORMAÇÃO E SEUS OBSTÁCULOS ENTRE SURDOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A relação entre acessibilidade e jornalismo é complexa e, ao investigá-la, fica mais visível o quanto a comunicação não é elaborada para incluir pessoas com deficiência. Desde os meios tradicionais até os ambientes digitais, é essencial que haja uma reflexão e autocrítica ao fazer jornalístico que, como mediador entre a sociedade, o poder público e os eventos que acontecem na esfera pública, leva apenas uma parcela da sociedade em consideração na hora de comunicar de forma integral.

Do mesmo modo, a academia deve capacitar jornalistas e pesquisadores para que tenham a acessibilidade como base inegociável de seus trabalhos – e não apenas um recurso optativo nas comunicações e em seus estudos. É crucial que os pesquisadores foquem em como a evolução do jornalismo nas redes digitais considera a obtenção de informações por leitores com deficiência auditiva, e, ainda, quais lacunas, em termos de recursos assistivos, o jornalismo tem apresentado. Esses fatores podem acarretar numa consequência indireta da falta de informações confiáveis disponíveis de forma acessível para pessoas surdas e com deficiência auditiva – sejam elas alfabetizadas na Língua Portuguesa ou não.

O presente trabalho, portanto, busca analisar as barreiras enfrentadas pela comunidade surda e por pessoas com deficiência auditiva ao se informar nos meios de comunicação, a fim de compreender se há suscetibilidade à desinformação por falta de acessibilidade. Para isso, o processo metodológico escolhido foi a aplicação digital de um questionário sobre o tema, disponível em Libras e em Português.

4.1 Procedimentos metodológicos

O método escolhido para atingir os objetivos desta pesquisa foi o questionário, uma técnica de coleta de dados baseada na apresentação de perguntas abertas, fechadas ou de múltipla escolha que, de forma objetiva, se

propõe a revelar opiniões, sentimentos, expectativas, situações vivenciadas (GIL, 2008).

O autor sugere que o método seja aplicado em casos em que o anonimato é importante, uma vez que a resposta autônoma e sucinta não prejudica a pesquisa. Ademais, a escolha também pode ser feita de acordo com o objetivo desejado, que na presente pesquisa, é entender os comportamentos e as variáveis que influenciam a comunidade surda na hora de se informar e quais suas relações com a suscetibilidade à desinformação. Desta forma, o método de pesquisa descritiva é o mais utilizado (Gil, 2008), já que tem como objetivo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas particularidades é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observações sistemáticas.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas, e cujo registro não consta de documentos. (Manzato, et al., p. 4, 2012)

A fim de garantir a precisão metodológica do estudo, foram seguidas sete etapas, sugeridas por Manzato et al. (2012): definição do problema; planejamento amostral; planejamento e redação do questionário; realização de campo; obtenção dos dados; análise estatística e discussão dos resultados.

O problema, definido na primeira etapa do processo metodológico, é: existe alguma relação entre a falta de recursos acessíveis no jornalismo e o fenômeno da desinformação de pessoas com deficiência auditiva e surdez? Para obter uma resolução deste problema, foram traçados dois objetivos de investigação: a) quais são os meios de informação mais buscados por pessoas com deficiência auditiva e surdez e b) quais são as barreiras informacionais enfrentadas por eles. A partir destes resultados, foi realizado, em um segundo momento, a análise qualitativa das respostas para entender a relação dos meios de informação e suas barreiras com a suscetibilidade à desinformação.

Após a definição do problema e dos objetivos da pesquisa, o próximo passo é selecionar a amostra da população-alvo que será investigada e determinar os meios

disponíveis para alcançar essas pessoas, organizações ou outros elementos da amostra. Desta forma, a amostra em questão são pessoas surdas e com deficiência auditiva da comunidade surda de Porto Alegre. A amostra consistiu em 24 pessoas, com o recorte prévio de 18 a 65 anos.

No entanto, vale ressaltar que, como discutido anteriormente, o conceito de comunidade surda envolve algumas particularidades enquanto grupo social, como cultura, educação, representatividade e linguagem visual. Por ser uma comunidade minoritária, linguística e culturalmente, os surdos enfrentam inúmeras barreiras na acessibilidade a diversos serviços, seja na área da saúde, da educação ou da informação. O desafio de atender o sujeito surdo se caracteriza, principalmente, pela barreira comunicacional, o que também se tornou um desafio para a execução desta pesquisa descritiva.

É importante ressaltar que a maior parte das pessoas surdas não domina a Língua Portuguesa, cuja gramática e vocabulário diferem amplamente da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que é sua língua principal. Isso faz com que a comunicação escrita se torne desafiadora, exigindo o uso de termos claros e uma linguagem simples para facilitar a compreensão (Tedesco et al., 2013).

Tendo isso em vista, no processo de planejamento e redação do questionário, foi necessário levar em conta as diferenças comunicacionais, para elaborar um instrumento de pesquisa acessível para a comunidade surda. Por isso, o primeiro passo consistiu em formular as perguntas, de acordo com o problema central e os objetivos da pesquisa, na Língua Portuguesa.

Manzato (2012) enfatiza que, ao desenvolver perguntas para um questionário, é crucial considerar que o respondente não terá a possibilidade de solicitar esclarecimentos adicionais ao pesquisador. Portanto, as questões devem ser formuladas de maneira extremamente clara e objetiva para evitar interpretações equivocadas e não devem ser invasivas. Além disso, Manzato (2012) observa que os questionários devem incluir algumas perguntas para verificação indireta das respostas, conter poucas perguntas abertas e, fundamentalmente, não induzir respostas, respeitando o ponto de vista do respondente. Levando em consideração os apontamentos de Manzato (2012), foi elaborado o questionário, que pode ser verificado no QUADRO 3.

Quadro 3 - Formulação das perguntas do questionário

PERGUNTA	ALTERNATIVAS/CAMPO DE RESPOSTA	TIPO DE RESPOSTA
1. Qual é sua faixa etária?	A. 18 a 24 anos B. 25 a 34 anos C. 35 a 44 anos D. 45 a 54 anos E. 54 a 65 anos	Resposta única
2. Você é alfabetizado na Língua Portuguesa?	A. Sim B. Não	Resposta dicotômica
3. Qual é o seu principal meio de obter informações?	A. Televisão B. Jornais digitais C. Redes Sociais D. Grupos em aplicativos de conversa E. Jornal impresso	Resposta única
4. Com que frequência você costuma recorrer à televisão para se manter informado?	A. Todos os dias B. Mais de uma vez por semana C. Uma vez por semana D. Raramente E. Nunca	Resposta com escala de Likert de frequência
5. Com que frequência você costuma recorrer às redes sociais para se manter informado?	A. Todos os dias B. Mais de uma vez por semana C. Uma vez por semana D. Raramente E. Nunca	Resposta com escala de Likert de frequência

6. Quais são as redes sociais que você mais usa para se informar?	Whatsapp e Telegram Instagram Facebook Youtube Twitter (X)	Resposta de múltipla escolha
7. Quais são os perfis que você costuma acompanhar para se manter informado? Cole os links dos perfis abaixo:	Campo para escrever	Resposta aberta
8. Com que frequência você costuma recorrer a sites e portais na internet para se manter informado?	A. Todos os dias B. Mais de uma vez por semana C. Uma vez por semana D. Raramente E. Nunca	Resposta com escala de Likert de frequência
9. Quais são os sites que você costuma acessar para se manter informado? Cole o(s) link(s) do(s) site(s) abaixo:	Campo para escrever	Resposta aberta
10. Você já teve dificuldades para acessar informações em algum dos meios de comunicação que utiliza? Se sim, com que frequência encontra estas barreiras?	A. Nunca B. Raramente C. Às vezes D. Muitas vezes E. Sempre	Resposta com escala de Likert de frequência
11. Se você já teve alguma dificuldade para acessar	Campo para escrever	Resposta aberta

informações, cite alguns exemplos de barreiras:		
12. Que tipo de recurso de acessibilidade você desejaria que os meios de comunicação oferecessem?	<ul style="list-style-type: none"> A. Legendas B. Intérprete de Libras C. Vídeos em linguagem de sinais D. Transcrição 	Resposta de múltipla escolha
13. Você já deixou de acessar algum conteúdo informativo por falta de acessibilidade?	<ul style="list-style-type: none"> A. Sim B. Não 	Resposta dicotômica
14. Você já utilizou legendas ou tradução para língua de sinais em vídeos online? Se sim, você acha que a qualidade desses recursos é satisfatória?	<ul style="list-style-type: none"> A. Sim B. Não 	Resposta dicotômica
15. Você acha que as emissoras de televisão, os sites de notícias e outras fontes de mídia online fornecem conteúdo acessível para a comunidade surda?	<ul style="list-style-type: none"> A. Nunca B. Raramente C. Às vezes D. Muitas vezes E. Sempre 	Resposta com escala de Likert de frequência

Fonte: elaboração própria (2024)

Depois da formulação das perguntas, um intérprete de Libras com formação certificada foi consultado. Numa primeira análise, as perguntas foram reformuladas de Português para ELis (Escrita da Língua de Sinais), a fim de simplificar os termos

que, posteriormente, seriam traduzidos para Libras. Por exemplo, a primeira pergunta, que na Língua Portuguesa escreve-se “Qual é sua faixa etária?”, em ELis, escreve-se “Tua idade entre x e x”.

Para que o questionário fosse acessível para todas as pessoas com deficiência auditiva, inclusive as que não são alfabetizadas na Língua Portuguesa, foi necessário incluir vídeos com a tradução das perguntas e das alternativas, assim como o uso de legenda.

O questionário final⁴, então, foi composto por 15 perguntas em vídeo, apresentadas em Libras e com legenda em Português. A plataforma utilizada para realizar a aplicação da pesquisa e a coleta de dados foi o Google Forms. A plataforma permite diversos formatos de perguntas e respostas, além de registrá-las em uma base de dados externa, em forma de tabela.

Os vídeos eram compostos por três partes: o enunciado da pergunta em questão, a descrição de cada alternativa e a instrução final para responder àquela pergunta. Os formatos de questões variam entre respostas fechadas únicas, de múltipla escolha, dicotômica, de escala de Likert (Cunha, 2007) e resposta aberta, como pode ser observado no Quadro 1.

Segundo Manzato (2012), a próxima etapa sugerida para a pesquisa é a realização do estudo de campo, que utiliza técnicas específicas para coletar e registrar dados de forma organizada sobre o tema em estudo. É necessário planejar todas as etapas da coleta de dados para facilitar o progresso da pesquisa e garantir uma sequência lógica na execução das atividades. O autor destaca que, embora a coleta de dados seja uma fase crucial da pesquisa de campo, ela não deve ser confundida com a pesquisa em si. Os dados coletados serão posteriormente elaborados, analisados e interpretados, e, a partir dessa análise e interpretação, os resultados da pesquisa serão discutidos.

Na etapa de realização de campo, o questionário foi aplicado através do compartilhamento do link do questionário online, juntamente com um vídeo introdutório, explicando o objetivo da pesquisa e para quem ela está sendo conduzida, traduzido em Libras e com legenda em Português. O link foi compartilhado com uma base de contatos de pessoas surdas e familiares,

⁴ O questionário pode ser acessado através do link: <https://forms.gle/jPY19CBrPoJoE4Ng5>.

intérpretes de Libras, núcleos de inclusão de acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e a Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul.

A próxima etapa foi a obtenção dos dados, que consiste em seleção, categorização e tabulação. Manzato (2012) afirma que é importante, no planejamento de pesquisa, atentar para a estrutura do questionário, uma vez que ele deve ser montado tendo em vista a tabulação dos dados. A escolha da plataforma levou em consideração tanto a possibilidade de inserção de conteúdos em vídeo, para tornar o questionário acessível através da tradução em Libras, quanto na tabulação automática dos dados.

Desta forma, os resultados foram separados por data de resposta, com um intervalo de um mês e meio de pesquisa. As respostas são anônimas, com informações pessoais relativas a faixa etária e alfabetização. No subcapítulo seguinte, analisaremos os resultados.

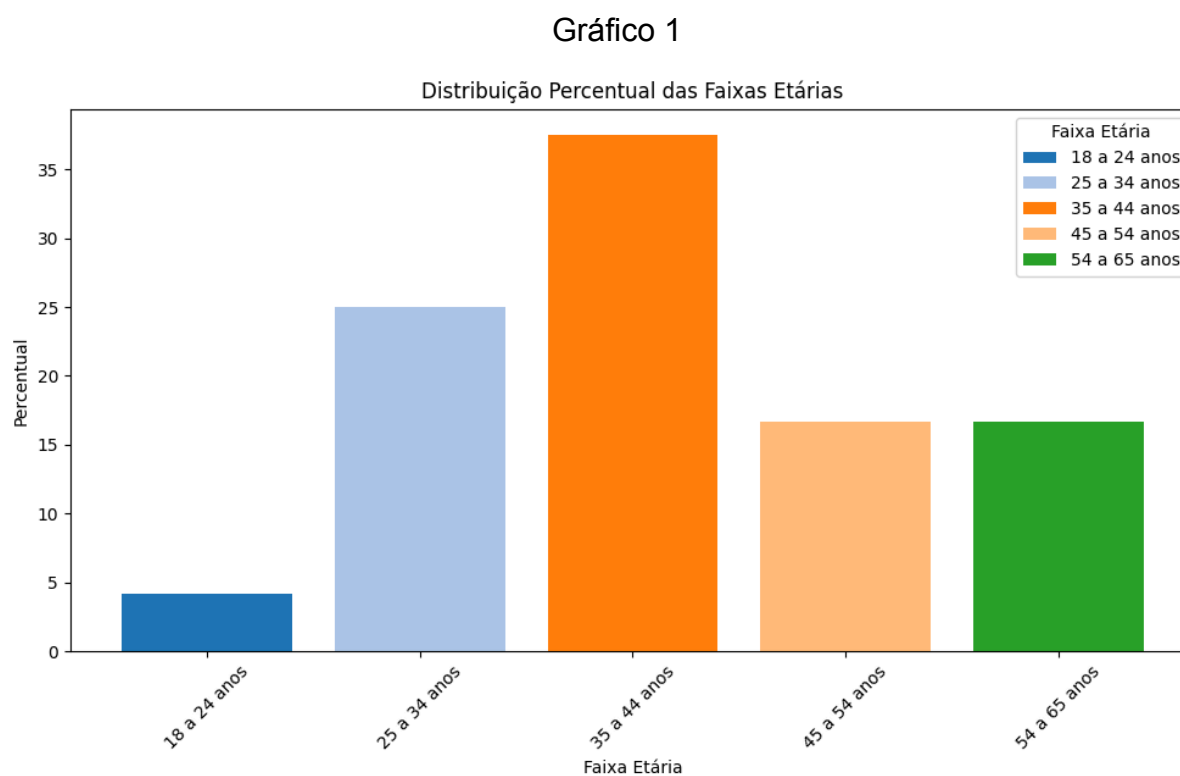
4.2 Análise quantitativa

A amostra total contou com 24 respostas de pessoas surdas ou com deficiência auditiva. A análise dos dados coletados sobre a faixa etária dos respondentes revela uma predominância de dois grupos principais: aqueles entre 25 a 34 anos, com 37,5%, e entre 35 e 44 anos, com 25% da amostra.

Mais de 33% da amostra tem acima de 45 anos, enquanto menos de 5% tem entre 18 a 24 anos. Desta forma, pode-se concluir que a amostra, em geral, é de adultos. Essa distribuição indica que a maior parte dos participantes pertence a faixas etárias mais maduras, o que pode refletir uma parcela da comunidade surda com menos familiaridade às redes sociais, um dos objetos desta pesquisa.

A distribuição etária geral reflete uma maior presença de indivíduos em idades intermediárias e mais avançadas, o que pode influenciar a perspectiva dos resultados, destacando a importância de considerar a composição demográfica ao interpretar os dados coletados, além de fatores culturais na comunidade surda, como: escolaridade, acesso à internet e às redes sociais. Vale ressaltar que 100%

dos respondentes afirmaram ser alfabetizados na Língua Portuguesa, ainda que o grau de escolaridade não tenha sido perguntado nesta pesquisa. Veja no Gráfico 1.



Fonte: elaboração própria (2024)

Em relação ao meio de obter informações, a análise indica uma predominância clara do uso das redes sociais, com 66,7% dos respondentes afirmando que esse é seu meio preferido. Este resultado sugere uma forte tendência entre os participantes em utilizar plataformas digitais e interativas para se manterem informados, refletindo a crescente influência das redes sociais como fontes de notícias e atualizações.

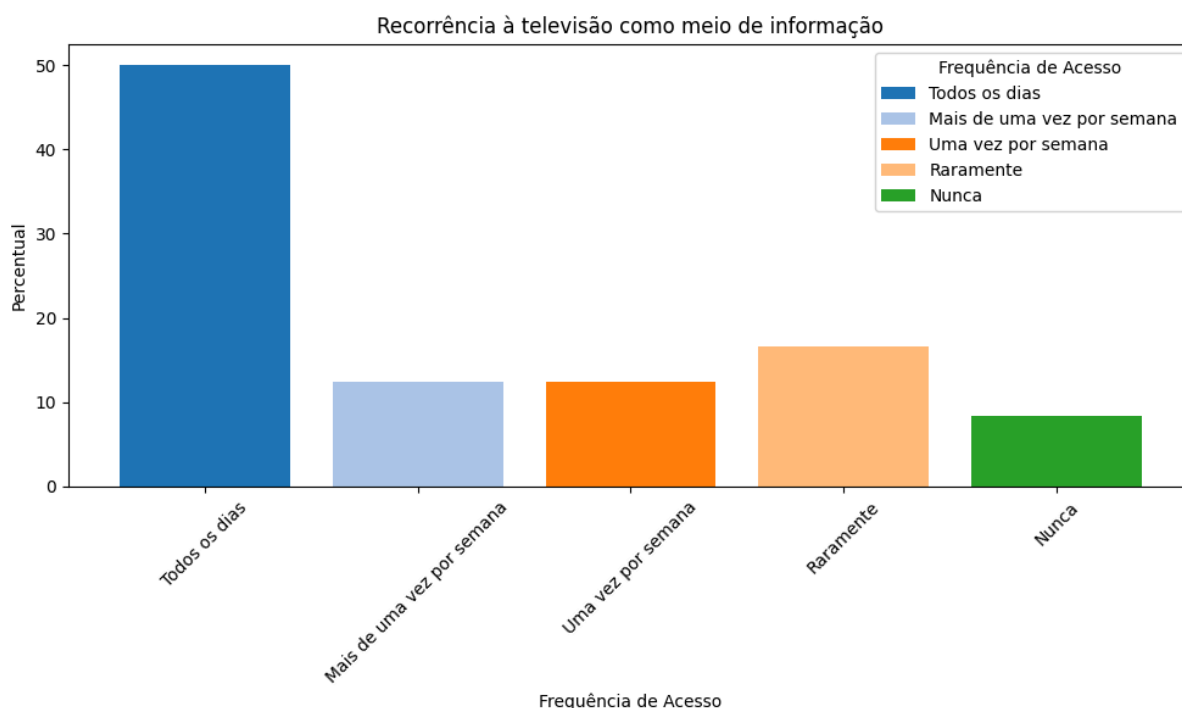
Em comparação, os jornais digitais e a televisão representam, igualmente, 16,7% dos meios de obtenção de informações. Esses dados revelam que, para a comunidade surda, nem a televisão nem os jornais digitais são os meios de obter informação mais buscados, possivelmente pela falta de acessibilidade. As alternativas de jornais impressos e grupos em aplicativos de conversas não foram escolhidas pelos respondentes.

O meio de obter informação também apresentou variações, de acordo com a faixa etária. De 18 a 34 anos, todas as respostas indicaram as redes sociais como

principal meio, enquanto, entre pessoas acima de 35 anos, 52% responderam serem as redes sociais, outros 23,5% a televisão e 23,5% os jornais digitais. Ou seja, a parcela mais jovem da amostra consulta integralmente as redes sociais para se informar, enquanto pessoas acima de 35 anos apresentam maior variedade nos meios de obter informação.

Ao perguntar exclusivamente sobre a recorrência da televisão para buscar informações, utilizando a escala de Likert de frequência, 50% afirmaram recorrer todos os dias. Um quarto da amostra (25%) indicou que raramente ou nunca buscam a televisão para este fim, enquanto os outros 25% afirmaram ser de uma a mais de uma vez por semana. Ainda que o meio principal de obter informações tenham sido as redes sociais, a parcela que assiste à televisão diariamente representou metade das respostas. Veja no Gráfico 2.

Gráfico 2

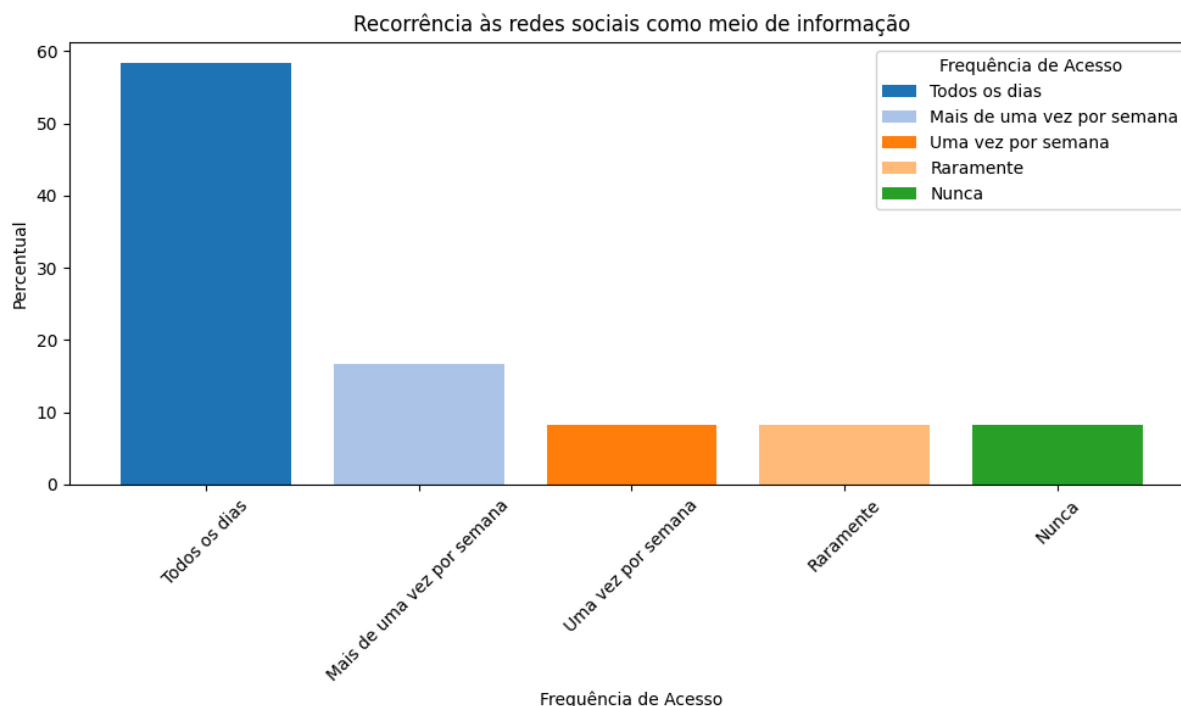


Fonte: elaboração própria (2024)

Por outro lado, ao perguntar exclusivamente sobre a recorrência das redes sociais para buscar informações, utilizando a mesma escala, 58,3% afirmaram acessar diariamente para este fim. Um quarto da amostra recorre às redes sociais

de uma a mais de uma vez por semana, enquanto cerca de 16% raramente ou nunca as acessam para este fim. Veja no Gráfico 3.

Gráfico 3



Fonte: elaboração própria (2024)

Ao questionar sobre as principais redes sociais usadas para se informar, os participantes puderam selecionar múltiplas opções. As redes sociais incluídas na pergunta foram: Whatsapp ou Telegram, Instagram, Facebook, Youtube e Twitter (X).

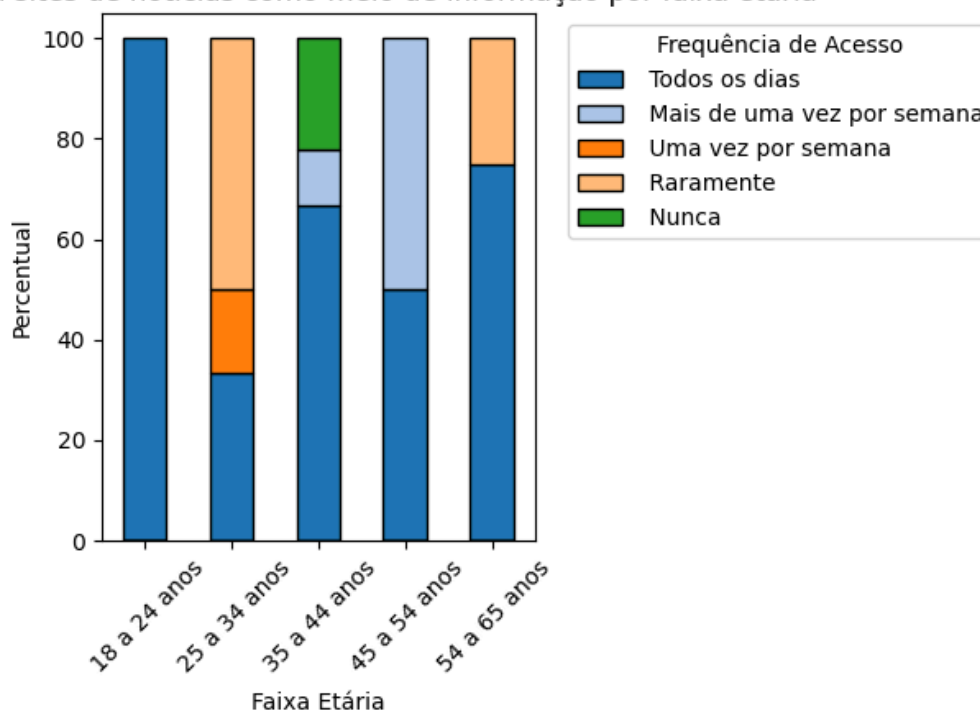
A análise revela que a rede social mais popular entre os participantes da comunidade surda é o Instagram, utilizada por 83% dos respondentes. O Whatsapp e Telegram também são amplamente utilizados, com 66,7% de adesão. O Facebook e o Youtube têm uma adesão moderada, enquanto o Twitter (X) é a menos popular entre as redes sociais listadas. Muitas respostas indicaram o uso de múltiplas redes sociais. A combinação mais comum foi Whatsapp, Telegram e Instagram.

Em relação à frequência com que recorriam a sites e portais na internet para se manterem informados, foi utilizado a escala Likert nas alternativas. As opções de resposta incluíam: Raramente, Nunca, Uma vez por semana, Mais de uma vez por semana e Todos os dias. A análise dos dados revela que a maioria da comunidade surda pesquisada (58,3%) utiliza sites e portais na internet diariamente para se manter informada. Um grupo considerável também acessa com menor frequência, com 16,7% raramente, 12,5% mais de uma vez por semana, 8% nunca e 4% uma vez por semana.

Ao analisar as respostas, correlacionando com a faixa etária, é possível identificar um padrão conforme a idade. Para pessoas mais velhas, acima de 35 anos, as respostas predominantes eram “Todos os dias” e “Mais de uma vez por semana”, enquanto para a parcela mais jovem predominava as menores frequências, como “Raramente” e “Uma vez por semana”. Tal resultado está relacionado com o principal meio de obter informações do grupo mais jovem, que a Pergunta 3 revelou serem as redes sociais. Veja no Gráfico 4.

Gráfico 4

Recorrência a sites de notícias como meio de informação por faixa etária



Fonte: elaboração própria (2024)

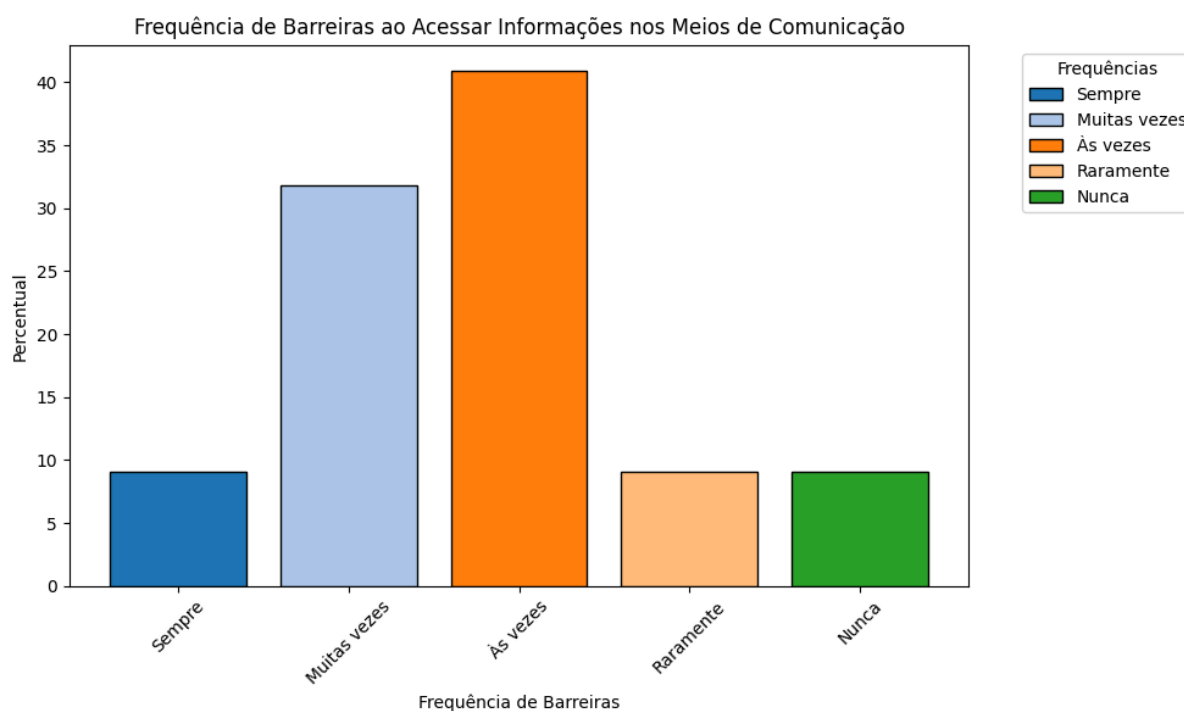
É importante destacar que 8% do grupo pesquisado afirmou nunca recorrer a sites e portais da internet para se informar, ainda que os mesmos fossem alfabetizados na Língua Portuguesa. A mesma parcela respondeu “Nunca” ou “Raramente” recorrer à televisão para se informar.

Para entender se as pessoas surdas e com deficiência auditiva pesquisadas enfrentam dificuldades para acessar informações em algum dos meios de comunicação que utilizam, foi perguntado se isso acontece e, se sim, com que frequência. As opções de resposta incluíam: Nunca, Raramente, Às vezes, Muitas vezes e Sempre.

A distribuição das respostas indica que a maioria dos participantes enfrenta dificuldades para acessar informações com certa regularidade. Especificamente, 46% dos participantes relatam encontrar barreiras para acessar informações

ocasionalmente, enquanto 30% enfrentam essas dificuldades frequentemente. Apenas 16% relataram raramente ou nunca encontrar dificuldades, e 8% sempre enfrentam essas barreiras. Veja no Gráfico 5.

Gráfico 5

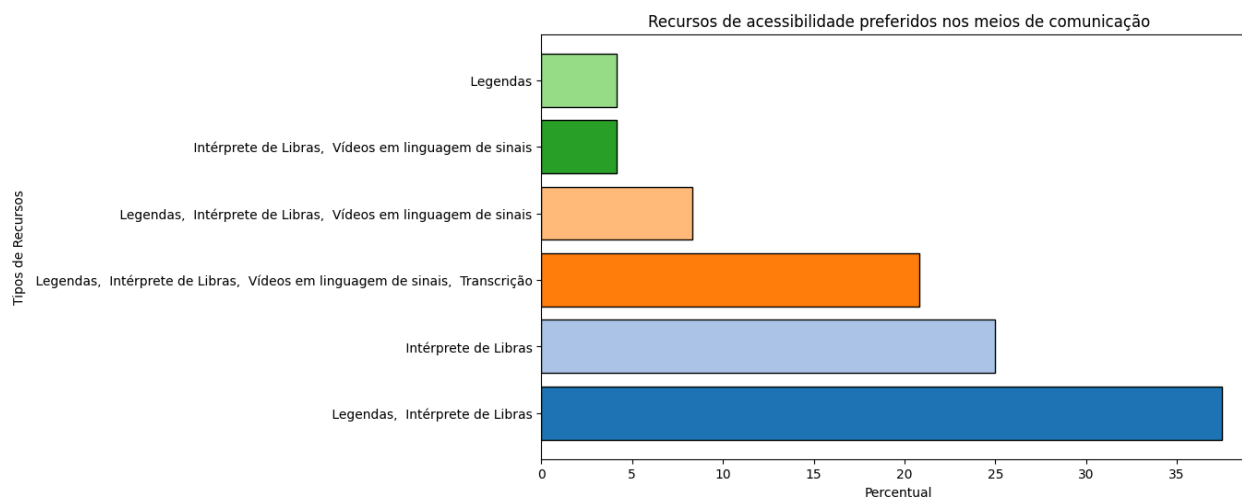


Além de quantificar as barreiras de acessibilidade enfrentadas por pessoas surdas, a pesquisa tinha o intuito de entender quais tipos de recursos acessíveis eram os mais eficazes nos meios de comunicação utilizados por esta comunidade. As opções incluíam: Intérprete de Libras, Vídeos em Língua de Sinais, Legendas e Transcrições. Os participantes podiam selecionar múltiplas opções.

Muitas respostas indicaram o desejo por múltiplos recursos de acessibilidade. A combinação mais comum foi "Legendas e Intérprete de Libras", que aparece 15 vezes. Os dados revelam que a maioria da comunidade surda pesquisada (95%) deseja a presença de intérpretes de Libras nos meios de comunicação. Além disso, 70% dos participantes também desejam legendas, enquanto 33% indicaram

interesse em vídeos em linguagem de sinais e 20% em transcrição. Veja no Gráfico 6.

Gráfico 6



Fonte: elaboração própria (2024)

Esses dados destacam a importância de integrar diferentes recursos de acessibilidade para atender às diversas necessidades da comunidade surda. Complementar conteúdos com caixa de intérpretes de Libras com outros recursos, como legendas ou transcrição, pode proporcionar uma experiência de comunicação mais inclusiva e acessível, garantindo que a informação seja compreensível e acessível para todos os membros da comunidade surda.

Vale ressaltar que a transcrição foi o recurso menos desejado. O dado relaciona-se com o argumento de Lopes Terceiro (2015), apresentado anteriormente. O autor afirma que este método de legendagem na televisão, por exemplo, geralmente não proporciona plena acessibilidade para pessoas surdas. Isso porque o idioma principal das pessoas surdas é a Libras, não o português. Portanto, as legendas não são totalmente acessíveis para toda a comunidade surda. Além disso, especialmente em programações ao vivo, as legendas muitas vezes falham, omitem conteúdo e não são fiéis ao que está sendo veiculado. Em alguns casos, as legendas passam muito rápido, dificultando o acompanhamento da leitura.

Ao perguntar se já deixaram de acessar algum conteúdo informativo por falta de acessibilidade, 92% das pessoas surdas ou com deficiência auditiva afirmaram que sim. Os outros 8% da amostra, que afirmaram não terem sido impedidos de

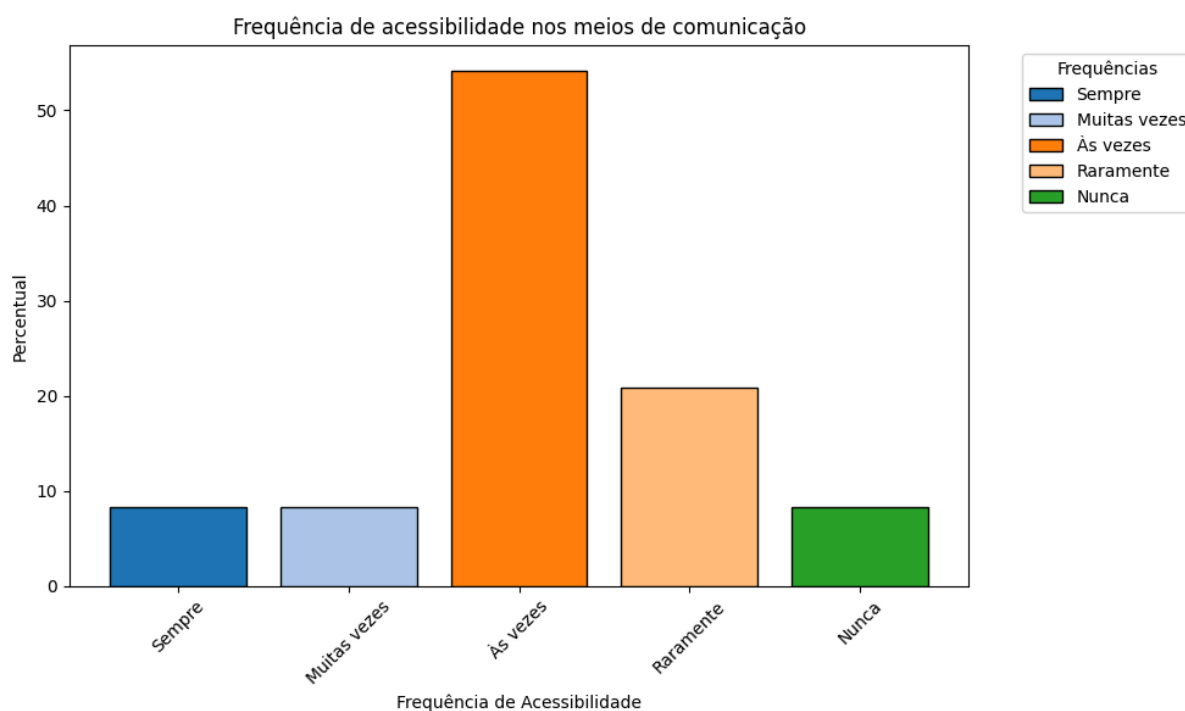
acessar qualquer conteúdo informativo por falta de recursos acessíveis, têm entre 25 e 24 anos, o que pode representar uma parcela com maior acesso à educação e aos meios digitais. A mesma parcela afirma usar as redes sociais como seu principal meio de obter informação, raramente recorrem à televisão e a sites ou portais na internet para o mesmo fim.

Já a parcela que afirmou ter enfrentado algum tipo de dificuldade ao acessar algum conteúdo informativo respondeu acessar com maior frequência para buscar informações em múltiplos canais, como: redes sociais, jornais digitais e televisão. O que se pode concluir é que tanto as mídias sociais, os sites jornalísticos e os conteúdos televisivos não são integralmente acessíveis para a comunidade surda.

Para entender mais profundamente a relação entre os canais jornalísticos e a acessibilidade para comunidade surda, foi perguntado se as emissoras de televisão, os sites de notícias e outras fontes de mídia online fornecem conteúdo acessível para os sujeitos surdos. As opções de resposta incluíam: Nunca, Raramente, Às vezes, Muitas vezes e Sempre.

A distribuição das respostas indica que a maioria dos participantes encontra acessibilidade no conteúdo de forma esporádica. Grande parte da comunidade surda pesquisada (54,2%) acha que as emissoras de televisão, sites de notícias e outras fontes de mídia online fornecem conteúdo acessível apenas às vezes. Um número significativo de participantes (20%) acha que o conteúdo raramente é acessível, enquanto 8% acham que o conteúdo é frequentemente acessível, 8% acham que é sempre acessível, e 8% acham que nunca é acessível. (GRÁFICO 7)

Gráfico 7



Fonte: elaboração própria (2024)

É possível identificar que inclusive dentro da comunidade surda não existe um consenso sobre a eficiência da acessibilidade prestada. O mesmo percentual que acredita que tais canais jornalísticos fornecem conteúdo acessível na totalidade das vezes também afirma que nunca o fazem. Essa discordância entre recursos acessíveis pode representar uma diferença de educação e familiarização com a comunicação dos ouvintes. Ou seja, uma pessoa surda com maior prática em ler legendas e conteúdos em Português não enfrentará as mesmas dificuldades que um sujeito que não é alfabetizado.

Na amostra pesquisada, todos os participantes afirmaram ser alfabetizados na Língua Portuguesa. No entanto, não foi perguntado o nível de escolarização, se há vínculo empregatício ou o incentivo familiar para aprender e praticar o Português. Todos esses fatores são determinantes para que, por exemplo, as legendas se tornem acessíveis ou não para uma pessoa surda.

Como visto anteriormente, as situações que os surdos enfrentam no dia a dia exigem deles um desdobramento para interagir em um mundo predominantemente de ouvintes. Eles precisam se organizar para alternar entre sua língua materna, a Libras, e a língua majoritária, o Português, a fim de se integrarem em diferentes

contextos e esferas, uma vez que a tradução em Libras não contempla todos os conteúdos disponíveis tanto na internet quanto na televisão.

Gomes e Góes (2011) explicam que, ao acessar a internet, a experiência de navegação dos surdos é permeada por formas visuais de contato e significação da informação e do conhecimento, especialmente por meio de sua língua, a Libras. Para as autoras, o acesso à informação e à comunicação por meio da Libras é fundamental para uma navegabilidade autônoma, interativa e criativa. No entanto, isso pode também expô-los a algumas limitações relacionadas à proficiência no português, o que pode afetar a interpretação de textos e o acesso completo a conhecimentos específicos, como o jornalismo.

Ao nos referirmos ao internauta surdo, usuário da Libras, é importante lembrar que ele é um indivíduo bilíngue, cujo domínio do Português ocorre como leitura em segunda língua. Dependendo do nível de proficiência, a leitura em Português pode ser fragmentada e limitada, comprometendo a possibilidade de uma leitura imersiva (Gomes e Góes, 2011, p. 6). Desta forma, mesmo que toda a amostra pesquisa tenha afirmado ser alfabetizada na Língua Portuguesa, isso não significa que todos tenham o mesmo nível de proficiência e, assim, consigam acessar os conteúdos informativos igualmente.

4.3 Análise qualitativa

Neste subcapítulo, é realizada uma análise qualitativa das respostas obtidas na pesquisa aplicada em participantes da comunidade surda, focando nas suas práticas de consumo de informações. As questões abordadas na pesquisa visam entender os perfis que esses indivíduos costumam acompanhar para se manterem informados, os sites que acessam regularmente e as dificuldades que enfrentam no acesso a informações.

O objetivo da pesquisa com respostas abertas é possibilitar uma análise mais subjetiva da amostra, uma vez que não há alternativas pré-estabelecidas. Esta modalidade de resposta é essencial para capturar nuances e detalhes das experiências dos respondentes, especialmente em uma comunidade surda. Elas

permitem que os indivíduos expressem suas opiniões e experiências de maneira autêntica, utilizando sua própria linguagem e estilo de comunicação. Isso é fundamental para compreender as diversas barreiras enfrentadas no acesso à informação e identificar temas emergentes que podem não ter sido previstos inicialmente na pesquisa, inclusive, barreiras de comunicação na própria aplicação da pesquisa.

Além disso, as respostas abertas oferecem uma riqueza de dados que enriquece a análise, proporcionando uma visão mais completa e representativa da amostra. Elas permitem a identificação de subgrupos com desafios específicos e a proposição de soluções práticas e viáveis para aumentar a acessibilidade e a inclusão digital.

Para a condução desta análise, utilizamos um conjunto de perguntas abertas que permitiram aos respondentes expressarem suas experiências e preferências de maneira detalhada. As questões específicas abordadas foram:

- a) Quais os perfis que a pessoa costuma acompanhar para se manter informado (Pergunta 7);
- b) Quais os sites que a pessoa costuma acompanhar para se manter informado (Pergunta 9);
- c) Se a pessoa já vivenciou alguma dificuldade para acessar informações, citar alguns exemplos de barreiras (Pergunta 11).

As respostas para as duas primeiras perguntas foram analisadas previamente. Nesta análise inicial (QUADRO 4), cada resposta foi agrupada em três grupos: 1) perfis e outras fontes de informação na internet; 2) sites de notícia e 3) respostas que não se encaixaram em nenhum dos grupos anteriores, mas devem ser considerados na análise total da pesquisa, como experimento das barreiras de comunicação entre ouvintes e pessoas com deficiência auditiva.

Quadro 4 - Respostas abertas da pergunta 7

PERFIL	REDE SOCIAL	CATEGORIA
Porto Alegre 24 Horas @portoalegre24horas	Instagram	Portal de notícias e entretenimento de Porto Alegre

Correio do Povo @correiodopovo	Instagram	Jornal
Farrapo @tanafarrapo	Instagram	Site de notícias e mídia
Advogado em Libras @advogadoemlibras	Instagram	Perfil de direitos para Comunidade Surda
Tv Ines @tvines.oficial	Youtube	WebTV do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES
Programa de Extensão TILSJUR @tilsjur.ufsc	Instagram	Conteúdos jurídicos e policiais com tradução e interpretação em Língua de Sinais
Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul @ssrsocial	Instagram	Comunidade
Rafael Souza Silveira @cifraonamaooficial	Instagram	Criador(a) de conteúdo digital sobre Educação Financeira
InvestLibras Leonel Junior @investlibrasoficial	Instagram	Criador(a) de conteúdo digital sobre investimentos
Choquei @choquei	Instagram	Notícias de entretenimento
H3 WORLD TV	Youtube	Canal de entretenimento em International Sign
Jornal Primeira Hora @jornalprimeirahora	Instagram	Jornal
Paula Pfeifer @cronicasdasurdez	Instagram	Criador(a) de conteúdo digital sobre comunidade surda
Omelete @omelete	Instagram	Artes e entretenimento
Adoro Cinema @adorocinema	Instagram	Artes e entretenimento
Cléo Kuhn	Instagram	Meteorologista

@cleokuhn		
-----------	--	--

Fonte: elaboração própria (2024)

Ao analisar as respostas coletadas à pergunta 7, que buscava saber quais eram os perfis mais acessados nas redes sociais para se manter informado, foi possível concluir que 87,5% dos perfis eram no Instagram – dado que está relacionado com a pergunta 6, onde 83,3% das respostas apontam o Instagram como a rede social mais usada para se informar. No entanto, na mesma pergunta, o Youtube ocupava o quarto lugar, com 29,2%, enquanto nas respostas abertas representou 12,5% do total. Nenhum perfil no Facebook e no X foram citados, ainda que na pergunta 6 tenham representado, respectivamente, 41,7% e 20,8% das respostas.

Em relação a análise qualitativa das respostas, é possível observar uma tendência entre os perfis mais populares entre a comunidade surda para se informar. As respostas indicam uma preferência por perfis que forneçam conteúdos diversificados, desde notícias locais e entretenimento à educação financeira e direitos da comunidade surda. Ao todo, o número de perfis de jornais representou apenas 18,75% das respostas, sendo mencionados Correio de Povo, Jornal Primeira Hora e Portal de Notícias Farrapo.

Outros 12,5% são perfis com conteúdos de tom noticioso não elaborados por jornalistas. O perfil Porto Alegre 24 Horas é um portal colaborativo, para o qual seguidores e moradores de Porto Alegre podem enviar suas notícias para serem veiculadas no site e nos perfis do canal. Desta forma, os conteúdos veiculados não respeitam, necessariamente, os fundamentos do Jornalismo (Reginato, 2016) apresentados anteriormente. Ainda neste percentual, está o perfil do meteorologista Cléo Kuhn, com conteúdos voltados exclusivamente à previsão do tempo no Rio Grande do Sul.

Os 68,75% restantes dos perfis se enquadram em categorias diversas, entre elas: entretenimento, cinema, educação financeira, investimentos e direitos da comunidade surda. Vale ressaltar que não são todos os perfis que possuem os recursos de acessibilidade preferidos pelos respondentes desta pesquisa: intérprete de Libras e legendas. Da totalidade de perfis citados, 62,5% possuem, ao menos, um dos recursos de acessibilidade preferidos pelos participantes. Os 37,5% restantes não apresentam nenhum tipo de acessibilidade.

Dentre os perfis que apresentam acessibilidade, apenas 31,25% disponibilizam conteúdos com os dois recursos acessíveis preferidos pela comunidade surda pesquisada: legendas e intérpretes de Libras. Os dois perfis de jornais citados não fazem parte desta parcela.

Ainda que alguns perfis tenham vídeos legendados, eles não são pensados para pessoas com deficiência auditiva, levando em consideração as diferenças entre a Língua Brasileira de Sinais escrita e a Língua Portuguesa, além da velocidade da legenda – uma barreira já apresentada anteriormente, conforme o autor Lopes Terceiro (2015). O perfil da criadora de conteúdo digital Paula Pfeifer (@cronicasdasurdez), por exemplo, possui vídeos com legenda e sem tradução em Libras. No entanto, a legenda aplicada nos vídeos é sincronizada com o ritmo da voz da criadora, o que para uma pessoa surda pode ser um empecilho, uma vez que a leitura é guiada pelos estímulos visuais e não auditivos.

De forma geral, é possível concluir que os perfis em redes sociais acessados pelos respondentes para se informar são, majoritariamente, de assuntos gerais, como entretenimento, finanças e direitos da comunidade surda. O que conflita com as respostas coletadas anteriormente (pergunta 3), nas quais apontam as redes sociais como o principal meio de obter informação (66,7%). Assim, entende-se que as informações buscadas têm mais afinidade com os interesses da comunidade surda, através de conteúdos desenvolvidos especialmente para pessoas surdas, do que perfis de jornais convencionais – o que sugere uma exclusão informacional do que acontece na sociedade para além da comunidade surda.

Uma das razões que justifica este hiato é a falta de recursos acessíveis em perfis de jornais nas redes sociais, uma vez que o único recurso utilizado entre os perfis analisados foi a legenda. De acordo com as preferências das pessoas surdas pesquisadas, o recurso de acessibilidade mais desejado em vídeos online é o intérprete de Libras, com 58,3%.

Na pergunta 9, com possibilidade de respostas abertas, se buscou saber quais eram os sites mais acessados por pessoas surdas para se manter informados. Os resultados se encontram no Quadro 5.

Quadro 5 - Respostas abertas da pergunta 9

SITE	NÚMERO DE	CATEGORIA	LOCALIDADE
------	-----------	-----------	------------

	MENÇÕES		
Gaúcha GZH (www.gauchazh.clicrbs.com.br)	4	Jornal	Rio Grande do Sul
G1 (www.g1.globo.com)	4	Jornal	Brasil
Globo (www.globo.com)	3	Jornal	Brasil
CNN Brasil (www.cnnbrasil.com.br)	3	Jornal	Brasil
RPC (www.redeglobo.globo.com/rpc/)	2	Jornal	Paraná
Estadão (www.estadao.com.br)	2	Jornal	São Paulo
Correio do Povo (www.correiodopovo.com.br)	2	Jornal	Rio Grande do Sul
Jornal Pioneiro (www.gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro)	1	Jornal	Caxias do Sul
Gazeta do Povo (www.gazetadopovo.com.br)	1	Jornal	Paraná
Jornal Extra (www.extra.globo.com)	1	Jornal	Rio de Janeiro
Diário Gaúcho (www.diariogaucho.clicrbs.com.br)	1	Jornal	Rio Grande do Sul
Folha de S. Paulo (www.folha.uol.com.br)	1	Jornal	São Paulo

Fonte: elaboração própria (2024)

Ao analisar as respostas à pergunta 9, que buscava saber quais eram os sites mais acessados para se manter informado, conclui-se que 100% das respostas indicaram algum jornal brasileiro, variando entre notícias locais, nacionais e mundiais. Os jornais mais citados, com 4 menções, foram Gaúcha GZH e G1.

Nesta análise, é possível concluir que os sites citados são, em sua totalidade, de jornalismo digital, com nomes que carregam credibilidade no cenário brasileiro. Desta forma, não apresentam algum risco considerável de disseminação de

desinformação para a comunidade surda. No entanto, ao analisar os 5 primeiros sites mais citados, nenhum disponibiliza o recurso de intérprete de Libras em ambiente web. Assim, ainda que os respondentes da comunidade surda acessem jornais confiáveis na internet, as notícias não são acessíveis para pessoas surdas, o que pode comprometer a compreensão dos textos em Português, que não é a primeira língua desta parcela da sociedade.

Os sites analisados foram ordenados por número de citações, com ao todo 23 menções. Todavia, apenas 37,5% das respostas abertas citaram algum jornal digital, o que concentra o acesso a sites de notícia como fonte de informação em apenas um terço da amostra pesquisada. Ou seja, dos jornais digitais citados, somente cerca de 37% dos respondentes costumam acessá-los com o fim de buscar informações na internet. Os outros 63% não indicaram nenhum site como meio de busca de informações – o que se relaciona com o dado apresentado anteriormente, o qual revela que 66% dos respondentes optam por redes sociais na hora de se informar.

Em uma pesquisa com respostas abertas, surge a possibilidade de analisar a situação para além de alternativas pré-definidas – o que enriquece e aprofunda a análise, alcançando fenômenos que, inicialmente, não foram previstos pelo pesquisador. Neste sentido, as três perguntas com respostas abertas geraram dados interessantes para entender a comunicação ouvinte-pessoa surda, ultrapassando os limites do jornalismo. Em outras palavras, as respostas obtidas, e que não se encaixam nos grupos 1 e 2, elucidaram a realidade das barreiras comunicacionais como um todo, transcendendo apenas a esfera da informação jornalística.

No grupo 3 de respostas, classificado anteriormente como a categoria de respostas que não se encaixaram em nenhum dos grupos anteriores, foi possível identificar outros sinais sobre as barreiras comunicacionais enfrentadas pela comunidade surda. São respostas que exprimem, no espaço livre para apresentar suas experiências subjetivas, outras realidades sobre o acesso à informação. Dentre elas, foram identificadas barreiras à compreensão do enunciado, de termos técnicos utilizados no Português e sem tradução direta em Libras, além de respostas gerais que indicam mais vulnerabilidade a conteúdos que possam conter desinformação (GRÁFICO 8).

Gráfico 8 - Treemap de expressões em respostas abertas do grupo 3



Fonte: elaboração própria (2024)

O Gráfico 8 apresenta as respostas abertas do grupo 3 por frequência de citação em blocos. Ou seja, as expressões dos blocos com áreas maiores foram mais citadas que blocos com áreas menores. As respostas mais frequentes incluem "Jornal" (3 menções), "Não entendi" (2 menções), "Nem" (2 menções), e "www.google.com" (2 menções), indicando que não há uma preferência direta por jornais específicos, uma vez que nenhum veículo foi citado.

Esta informação é corroborada pela frequência de ferramentas de busca online, como o Google e Microsoft Edge, ao invés de algum site de jornal digital especificamente, o que aumenta a probabilidade de encontrar resultados de portais e perfis que disseminem desinformação e atinjam o topo das buscas. Além disso, expressões como "Varias links" e "sites aleatórios" apontam para a navegação dispersa por diferentes fontes, de acordo também com a maior probabilidade de encontrar informações inadequadas no ambiente digital.

Seguindo a mesma linha, agora nas redes sociais, respostas como “fofocas”, “Whatsapp”, “monte perfis de X” e “Instagram” revelam que a suscetibilidade à desinformação fica ainda mais em evidência ao recorrer às redes sociais em geral ao se informar, em detrimento de perfis confiáveis. Isso porque, como apresentado anteriormente, as notícias falsas nas redes sociais se espalham mais rapidamente, alcançam um público maior e são mais compartilhadas do que as notícias verdadeiras (Vosoughi *et al.*, 2018).

Ademais, a repetição de respostas como "Não entendi" e "Nem" indica que muitos enfrentam dificuldades para compreender e acessar informações claras, sugerindo que a falta de acessibilidade pode aumentar a vulnerabilidade à desinformação. As respostas “não acesso”, “ainda não” e “pouco” podem estar relacionadas com estas barreiras de acessibilidade em sites de notícias, o que resulta na não recorrência a sites e jornais digitais para buscar informações.

Estas respostas qualitativas são reafirmadas com os dados apresentados anteriormente: 25% da amostra pesquisada raramente ou nunca recorre a sites e portais na internet para se manter informado, enquanto 29% afirmou que os sites de notícias raramente ou nunca fornecem conteúdo acessível para a comunidade surda.

Vale ressaltar que, mesmo que a pesquisa tenha sido desenvolvida e aplicada pensando na comunidade surda e utilizando os dois recursos de acessibilidade preferidos por pessoas surdas (legenda e intérprete de Libras), ainda obtivemos ruídos de comunicação. Portanto, os meios de comunicação que não utilizam nenhum recurso de acessibilidade ou apenas um devem gerar ruídos ainda mais profundos entre a comunicação ouvinte-comunidade surda.

Ao tratar de barreiras de acesso por falta de acessibilidade, respostas como "Eu prefere TV jornal com janela intérprete de libras" evidenciam que sites de informação, ainda que com conteúdo escrito, não são o ideal para pessoas surdas, por não informar na primeira língua da comunidade, a Língua Brasileira de Sinais. Tal ideia é corroborada pela resposta "Sim qual tv canal bem tem libras", que enfatiza a necessidade de intérpretes de Libras e outros recursos de acessibilidade em programas de televisão. Por mais que este recurso assistivo seja mais usual em canais televisivos do que em jornais digitais, ainda não há acessibilidade na

totalidade de canais, tornando as opções de acesso à informação ainda mais escassas.

Em geral, a análise das respostas do grupo 3 mostra que a presença de ferramentas de busca e redes sociais, como o Google e WhatsApp, aumenta a suscetibilidade à desinformação, dado que notícias falsas se espalham rapidamente nessas plataformas. Além disso, a necessidade de intérpretes de Libras e outros recursos de acessibilidade é destacada por respostas que preferem TV com janela de intérprete, evidenciando que muitos sites de notícias não são ideais para a comunidade surda. A falta de acessibilidade em canais televisivos e jornais digitais torna o acesso à informação ainda mais limitado, contribuindo para a vulnerabilidade à desinformação.

As respostas à pergunta 11, que busca entender se o respondente já experienciou alguma barreira ao acessar informações, traz relatos mais subjetivos sobre a falta de acessibilidade nos meios de comunicação. Foram selecionados dez relatos, dentre as 24 respostas obtidas, que melhor explicaram as dificuldades encontradas (QUADRO 6).

Quadro 6 - Relatos selecionados em resposta à pergunta 11

NÚMERO	RELATO
Relato 1	“Na TV muitas vezes não tem intérprete de Libras, as vezes nem legenda o programa oferece”
Relato 2	“globo.com não tem acessibilidade em Libras.”
Relato 3	“Palavras difíceis em português, palavras formais e cultas. As vezes tenho que pesquisar para saber o significado da palavra e entender o contexto.”
Relato 4	“Maioria sem legenda com TV e precisa com legenda ou com intérprete de libras”
Relato 5	“Legendas de closed caption com palavras erradas e a maioria dos programas não tem legenda ou interprete de Libras”
Relato 6	“Sem legenda”
Relato 7	“Quer libras canal tem não 12 ,10, 5, 4, 2

	Tem sim canal 7 libras”
Relato 8	“Dificuldade entender palavras no português, A maioria não tem Libras, Não entendo todo o contexto no português”
Relato 9	“Depende, se for o texto muito formal pode ser difícil para entender”
Relato 10	“sem acesso a legendas na maioria dos vídeos”

Fonte: Elaboração própria (2024)

As dificuldades encontradas nos relatos se dividem em três categorias de barreiras: a) ausência de intérprete de Libras; b) ausência de legenda; e c) baixo nível de proficiência em Português. Os relatos podem apresentar mais de uma das categorias de barreira acima.

Em relação às barreiras enfrentadas na ausência de intérprete de Libras, os relatos apontam esta dificuldade, principalmente, na televisão e em jornais digitais, como mostra os relatos de número 1, 2, 4 e 7. Já a barreira de legendas aparece tanto em canais televisivos quanto em vídeos na internet, conforme os relatos de número 5, 6 e 10.

Mais de um relato reafirma a problemática apresentada anteriormente: as legendas não são suficientes enquanto recurso de acessibilidade para a comunidade surda; é preciso a tradução em Libras. Isso serve para canais de televisão, vídeos online e sites de notícias, como mencionado nos relatos de número 4, 10 e 2, respectivamente.

A terceira barreira está relacionada com a divergência semântica entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais. Como dito nos relatos 3 e 8, a Libras não é uma tradução direta do português: existem palavras e termos do português que não podem ser traduzidos com um único símbolo na língua de sinais. Muitas vezes, sequer existem sinais que traduzem a totalidade do significado, o que pode prejudicar a compreensão da frase ou do texto. A partir deste ponto de vista, sustenta-se o argumento de que o recurso de legendas em português não é suficiente para a comunidade surda.

Nos relatos 3 e 8, os respondentes afirmam que, nestes casos, é exigido um esforço maior para pesquisar e entender o contexto geral da comunicação. No ambiente digital, com a possibilidade de pausar vídeos ou pesquisar termos escritos

em uma reportagem, é possível fazê-lo. Agora, em programas de televisão ou transmissões ao vivo em redes sociais, não existe a mesma possibilidade. Portanto, em caso de dúvidas de divergência semântica nestes meios de comunicação, pode-se perder informações importantes ou comprometer a compreensão sobre a notícia apresentada.

Em síntese, as barreiras de acesso à informação podem ser por falta de intérprete de Libras, falta de legendas e divergência semântica entre Libras e Português. Todas essas dificuldades interferem na qualidade e na frequência de acesso a conteúdos jornalísticos pela comunidade surda. Por outro lado, a torna mais suscetível a aderir a conteúdos em ambientes digitais que cumpram com estes requisitos, seja confiável ou não: utilizar legendas e tradução em Libras, além de comunicar com termos mais familiares à semântica de língua de sinais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou entender a relação entre a falta de recursos de acessibilidade para a comunidade surda e a suscetibilidade destes sujeitos à desinformação. Considerando o avanço tecnológico e o crescente uso de redes sociais pelos brasileiros, houve uma mudança radical na forma como as pessoas consomem notícias. Esse novo padrão afeta não só os canais de distribuição, mas também como as informações jornalísticas são recebidas e compreendidas, em contraste com os conteúdos de desinformação que competem pelos mesmos espaços.

O jornalismo desempenha um papel social crucial ao informar a sociedade e mediar eventos públicos (Henn, 2002). No entanto, com a crescente digitalização e globalização, enfrenta desafios éticos devido à rápida disseminação de desinformação e fake news. Portanto, foi possível compreender a necessidade de precisão, imparcialidade e responsabilidade na produção de notícias (Reginato, 2016) para combater a crescente desconfiança do público em relação à mídia. Sobretudo, a inclusão informacional de toda sociedade, para que a informação chegue com qualidade a todos (Bonito, 2015).

Através da revisão bibliográfica, foi possível entender a definição de desinformação (Sharma, et al., 2019), que cresce cada vez mais em ambientes digitais (Reis, 2022), considerada, inclusive, como uma doença, com sintomas claros de “infodemia” (Soares (2021).

Além de traçar uma fundamentação teórica sobre os fenômenos de desinformação na era digital, foi preciso se aprofundar nos conceitos relacionados à deficiência auditiva e à surdez (Cromack, 2004), para entender com propriedade o contexto da comunidade surda pesquisada. Incluem a discussão, também, os mecanismos da Constituição Brasileira que tratam da inclusão dessa parcela social.

Assim, construiu-se um caminho de entendimento sobre as tecnologias assistivas (Bersch, 2017) e as barreiras enfrentadas pela comunidade surda ao acessar os meios de comunicação (Lopes Terceiro, 2015; Rocha e Melgaço, 2018; Rao e Kishore, 2018; Colling e Boscaroli, 2014).

A partir desta base teórica, todo conhecimento obtido ao longo da investigação bibliográfica e documental embasou a etapa empírica do trabalho. Para

entender se existe uma relação entre falta de acessibilidade e suscetibilidade à desinformação na comunidade surda, foi aplicado um questionário online a 24 pessoas surdas no Rio Grande do Sul. O questionário trazia indagações sobre: os principais meios de obter informação; frequências de acesso em diferentes meios; perfis em redes sociais e sites de notícias mais acessados pelos participantes; recursos de acessibilidade preferidos nos meios de comunicação e barreiras enfrentadas.

O formulário, com 15 perguntas de respostas abertas e fechadas, foi traduzido de Português para ELis (Escrita da Língua de Sinais) para simplificar os termos antes da tradução para Libras, posteriormente realizada por um intérprete. Para garantir a acessibilidade a todas as pessoas com deficiência auditiva, incluindo aquelas não alfabetizadas em Português, foram incluídos vídeos com tradução das perguntas e alternativas, além de legendas.

A amostra de participantes foi composta majoritariamente por adultos com idade entre 25 e 44 anos, com baixa representatividade de jovens – o que pode ter influenciado alguns resultados que levam em consideração a familiaridade com as redes sociais, um dos objetos desta pesquisa. Todavia, foi constatado que 66,7% dos participantes têm as redes sociais como principal meio de obter informação. O dado está de acordo com a média nacional: no Brasil, conforme um estudo realizado pela *Reuters Institute* (Report, 2018), 66% dos adultos consomem notícias principalmente pelas mídias sociais.

A análise também evidenciou variações conforme a faixa etária. Indivíduos entre 18 e 34 anos preferem exclusivamente redes sociais, enquanto aqueles acima de 35 anos apresentam uma maior diversidade de meios, com 52% utilizando redes sociais, 23,5% a televisão e 23,5% jornais digitais. Esses dados sugerem que, embora as redes sociais sejam dominantes, a televisão ainda desempenha um papel significativo para uma parcela dos participantes.

O uso frequente das redes sociais para se informar, com mais de 58% da amostra acessando todos os dias para este fim, aumenta as chances de consumir conteúdos com desinformação. Isso porque, de acordo com uma pesquisa realizada em uma rede social (Vosoughi *et al.*, 2018), as notícias falsas se espalham mais rapidamente, alcançam um público maior e são mais compartilhadas do que as notícias verdadeiras.

A suscetibilidade à desinformação pode ser entendida pela descentralização do ato de informar. Antes das plataformas digitais, as notícias eram produzidas apenas por jornais convencionais. Com o surgimento das redes sociais, a produção de notícias deixa de ser um imperativo inerente ao jornalista e passa ao domínio de qualquer usuário das mídias sociais (Reis, 2022), que não levam em consideração todos os princípios éticos do jornalismo (Reginato, 2016) ao produzir uma notícia ou conteúdo.

No entanto, ainda que o jornalismo não execute mais esta função com exclusividade, é seu dever, também como fundamento ético da profissão, considerar a inclusão informacional em ambiente digital. As mudanças tecnológicas não tornam o jornalismo uma vítima. Cabe aos veículos utilizarem dos avanços para cumprir com integridade um dos valores que sempre destacou o fazer jornalístico dos demais produtores de conteúdo: apresentar a pluralidade da sociedade e informar de modo qualificado (Reginato, 2016).

Neste sentido, os resultados apontam que o jornalismo tem falhado: cerca de 92% da amostra já deixou de acessar algum conteúdo informativo por falta de acessibilidade. Quando questionados sobre a frequência de recursos assistivos nas emissoras de televisão, nos sites de notícias e em outras fontes de mídia online, 83% dos participantes afirmaram que ocasionalmente ou nunca fornecem.

De forma geral, a partir da análise dos relatos, é possível concluir que as dificuldades encontradas ao acessar informações se dividem em três categorias de barreiras: a) ausência de intérprete de Libras; b) ausência de legenda; e c) baixo nível de proficiência em Português, além de divergências semânticas entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais.

Através dos relatos, e confirmando as análises feitas na parte teórica da pesquisa, as legendas não são suficientes para incluir pessoas surdas (Lopes Terceiro, 2015). A análise dos resultados da pesquisa aponta que mais de 95% da amostra prefere intérpretes de Libras e legendas, juntamente, como recursos de acessibilidade nos meios de comunicação.

A acessibilidade televisiva, por exemplo, depende quase exclusivamente do uso do sistema closed caption (CC). No entanto, este sistema geralmente não proporciona plena acessibilidade para pessoas surdas, uma vez que não usa a língua culturalmente utilizada pela comunidade surda. Além disso, as legendas ao

vivo frequentemente falham, omitem conteúdo, não são fieis ao que é veiculado e, às vezes, passam muito rápido, dificultando o acompanhamento da leitura.

Destaco um relato que aponta barreiras de acesso no principal site do Grupo Globo (www.globo.com), o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil e da América Latina. O participante afirma não haver acessibilidade em Libras no portal. Na parte de Acessibilidade dos Produtos Globo, a empresa aponta: “Os conteúdos originais do Globoplay têm a opção de legenda oculta* (closed caption)”, porém, não dispõem de caixa de intérprete de Libras.

Já estão disponíveis opções de tecnologias assistivas digitais para se incluir tanto em websites quanto em streamings, com algumas opções apresentadas anteriormente. Para um veículo de comunicação deste porte, não é justificável a ausência de acessibilidade, sobretudo por se tratar de um dever fixado pela Lei nº 13.146: “é obrigatória a acessibilidade em sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País para uso da pessoa com deficiência.” (Brasil, 2015, s.p.).

Vale destacar que, embora a pesquisa tenha sido desenvolvida e aplicada considerando a comunidade surda, sua cultura e experiências visuais, e utilizando os dois recursos de acessibilidade preferidos (legenda e intérprete de Libras), ainda houve ruídos na comunicação. Foi possível identificar certa dificuldade de alguns participantes para compreender totalmente os enunciados das perguntas, uma vez que suas respostas abertas não estavam de acordo com a questão apresentada.

Ainda que não tenham sido utilizadas para o fim desta pesquisa, foram úteis ao exemplificar as barreiras de comunicação, mesmo quando usados ambos os recursos de acessibilidade. **É um significativo exemplo das divergências semânticas entre o Português e a Libras, que podem comprometer a compreensão do que está sendo comunicado mesmo quando a preocupação com a acessibilidade está em primeiro plano.** Assim, os meios de comunicação que não oferecem recursos de acessibilidade adequados provavelmente geram ruídos ainda mais significativos na comunicação entre os ouvintes e a comunidade surda, tornando a experiência excludente.

A frequência de uso de sites e portais de notícias na internet revelou que 58,3% dos participantes acessam esses meios diariamente. No entanto, este é o principal meio de informação de apenas 16,7% dos respondentes. Há uma

correlação entre idade e frequência de uso: os mais velhos tendem a acessar mais frequentemente, enquanto os mais jovens recorrem menos a esses sites.

Nestes ambientes digitais, a amostra apresentou relatos de experiências de barreiras com a divergência semântica entre o Português e a Língua Brasileira de Sinais. Ao acessar notícias online, muitos relataram dificuldade em compreender alguns termos, como palavras formais, cultas e estrangeiras que não têm tradução direta para Libras. Tudo isso prejudica a compreensão e compromete o contexto noticioso. Por isso, as legendas e textos em português não contemplam a totalidade da cultura da comunidade surda.

Em outro relato, o participante informa uma série de canais na televisão aberta a que não pode assistir por falta de acessibilidade em Libras. O único que dispõe do recurso é a Rede Record de TV. Em julho de 2024, a Justiça do Rio Grande do Sul condenou a Rede Record por propagação de fake news contra a ex-deputada federal Manuela D'Ávila⁵. A ação judicial foi motivada pela divulgação de uma notícia falsa veiculada à imagem e nome de Manuela, no programa “Entrelinhas”, em 2022.

Já nas redes sociais, ao perguntar sobre os principais perfis usados pelos respondentes para se informar, apenas 18,75% eram jornais, sendo mencionados Correio de Povo, Jornal Primeira Hora e Portal de Notícias Farrapo. Os outros 68,75% dos perfis se enquadram em categorias diversas, entre elas: entretenimento, cinema, educação financeira, investimentos e direitos da comunidade surda.

Conclui-se que as informações buscadas pela comunidade surda tendem a ter mais afinidade com conteúdos desenvolvidos especialmente para eles, em vez de perfis de jornais convencionais, sugerindo uma exclusão informacional em relação ao que acontece na sociedade fora da comunidade surda.

A suscetibilidade à desinformação para pessoas surdas e com deficiência auditiva se dá na ausência de acessibilidade em sites e canais de jornais confiáveis, que realizam uma exclusão informacional dessa parcela social ao não disponibilizar os recursos necessários. Todavia, acontece, também, na inclusão da comunidade

⁵ Acesse a notícia completa em:

<https://coletivobereia.com.br/justica-condena-rede-record-e-igreja-universal-por-fake-news-contra-manuela-davila/>

surda por parte de agentes produtores de conteúdo com desinformação que dispõem de recursos assistivos.

Desta forma, pessoas surdas se tornam mais suscetíveis à desinformação quando enfrentam barreiras de acessibilidade ao buscar notícias, elaboradas de acordo com os princípios éticos do jornalismo, por outro lado, acessam de forma inclusiva conteúdos falsos ou enganosos. O poder de escolher livremente os veículos jornalísticos através dos quais desejam se informar é retirado da comunidade surda, restringindo a escolha a apenas os jornais e perfis em redes sociais que incluem pessoas surdas em suas comunicações.

Este estudo contribui para uma compreensão mais aprofundada das práticas de consumo de informação entre pessoas surdas ou com deficiência auditiva e destaca a necessidade de aprimorar a acessibilidade nos meios de comunicação, a fim de democratizar o acesso e devolver a autonomia de escolha às pessoas surdas. Para cumprir com suas finalidades, o jornalismo, além de informar de modo qualificado e verificar a veracidade das informações, deve incluir toda sociedade ao acesso digno, a fim de evitar o fenômeno da desinformação.

Portanto, a inclusão de intérpretes de Libras, legendas de qualidade e outros recursos acessíveis são passos essenciais para garantir que essa comunidade tenha acesso pleno e igualitário à informação, além de reafirmar um dos valores éticos do jornalismo (Reginato, 2016): informar o cidadão, considerando toda pluralidade da sociedade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSCH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. 2017. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf. Acesso em: 20 abr 2024.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com deficiência visual no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

BRASIL. **Decreto No 5.296**. Brasil: 2004.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasil: 2015.

BRASIL. **Lei no 10.436**. Brasil: 2002.

BRASIL. **Lei no 14.768**. Brasil: 2023.

COUTO, João M. M.; SALLES, Isadora; PIMENTA, Breno; ASSIS, Samuel; ARAÚJO, Leandro; REIS, Julio C. S.; BENEVENUTO, Fabrício. **Deteccção Automática de Desinformação Relacionada à Covid-19 no Brasil**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE BANCO DE DADOS (SBBBD), 37., 2022, Búzios. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022. p. 164-176. ISSN 2763-8979. DOI: <https://doi.org/10.5753/sbbd.2022.224326>. Acesso em: 30 mar 2024.

COLLING, J. P.; BOSCARIOLI, C. **Avaliação de tecnologias de tradução português-libras visando o uso no ensino de crianças surdas**. RENOTE, Porto Alegre, v. 12, n.2, p. 1-100, dez. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/53550>. Acesso em: 20 abr 2024.

CROMACK, E. **Identidade, Cultura Surda e Produção de Subjetividades e Educação: Atravessamentos e Implicações Sociais**. In: PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2004, 24 (4), 68-77.

CUNHA, Luísa Margarida Antunes da. **Modelos Rasch e Escalas de Likert e Thurstone na medição de atitudes**. Dissertação (Mestrado em Probabilidades e Estatística) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

DEBEVC, M., et al. **Improving multimodal web accessibility for deaf people: sign language interpreter module**. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225469903_Improving_multimodal_web_accessibility_for_deaf_people_Sign_language_interpreter_module. Acesso em: 13 abr 2024.

DEBEVC, M.; KOSEC, P.; HOLZINGER, A. **Improving multimodal web accessibility for deaf people: Sign language interpreter module**. Multimedia Tools and Applications, 54(1), 181–199, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11042-010-0529-8>. Acesso: 30 mar 2024.

DIAS, A. **Língua Portuguesa e Libras: Duas línguas que precisam conviver lado a lado**. Rio de Janeiro: Revista Escrita, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20830/20830.PDF>. Acesso em: 14 abr 2024.

FLORES, E. M.; BARBOSA, J. L. V.; RIGO, S. J. **Um estudo de técnicas aplicadas ao reconhecimento da língua de sinais: novas possibilidades de inclusão digital**. RENOTE, Porto alegre, v. 10, p. 1-10, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/36455/23535>. Acesso em: 20 abr 2024.

Fundação Oswaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde. Costa, Valéria Machado da. et al. **Tecnologias Assistivas. Parte II. Módulo 4. Tecnologias Assistivas**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Icict, 2019.

GALLAGHER, K. **The social media demographics report: Difference in age, gender and income at the top platforms**. Business Insider: 2017. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/the-social-media-demographics-report-2017-8>. Acesso em: 06 abr 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R.C.; GÓES, A. R. **E-acessibilidade para surdos**. Revista Brasileira de Tradução Visual, 7. (2011).

HENN, R. C. **Os fluxos da notícia**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

IBOPE, **Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística**. 2020. Disponível em: https://secure.avaaz.org/campaign/po/brasileiros_ao_vacinar_covid/. Acesso em: 30 mar 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

KLAZURA, M.; FOGAÇA, V. **Pessoa com deficiência entre o modelo biomédico e o modelo biopsicossocial**. 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7998420>.

KOVACH; Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora, 2004.

LACERDA, Cristina Broglia; SANTOS, Lara Ferreira; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Libras Aspectos Fundamentais**. Editora InterSaberes. Curitiba 2019.

LOPES TERCEIRO, F. M. **Políticas de inclusão bilíngue na televisão: a importância do intérprete de libras em detrimento do uso de legendas para a acessibilidade televisiva – um estudo exploratório**. In: Revista Florestan, Ano 2. Edição Especial. 2015.

MACHADO, M. M. **Cultura e identidades surdas dos alunos surdos atendidos no IFRN - câmpus Natal Central**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 14, 20 de abril de 2021. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/14/cultura-e-identidades-surdas-do-s-alunos-surdos-atendidos-no-ifrn-campus-natal-central>.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa**. Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP, v. 17, p. 1-17, 2012.

NAVES, S. B. et al (Orgs.). **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2016. Disponível em:
<https://inclusao.enap.gov.br/wpcontent/uploads/2018/05/Guia-para-Producoes-Audio-visuais-Acessiveis-comaudiodescricao-das-imagens-1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

OLIVEIRA, Antonio Peixoto. **No olho do furacão: a circulação das fake news do governo Jair Bolsonaro nas plataformas durante a pandemia da COVID-19**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Santa Maria: UFSM, 2021.

OLIVEIRA, F. M. de. **A semiose da notícia em ambiente de crise: Movimentos em rede e mediação na semiosfera contemporânea**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, [S. I.], 2016.

OLIVEIRA, F. M. de. **La semiosis de la noticia: Movimientos sociales en red y crisis del periodismo**. Barcelona: Editorial UOC, 2018.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)**. São Paulo: Edusp, 2003.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Infodemia**. Disponível em:
<https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1>. Acesso em: 30 mar 2024.

Organização Mundial da Saúde (OMS). **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 2012. 334 p.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). **Pessoas com deficiência: 2022**. Rio de Janeiro, IBGE: 2023.

PL4578/2020. Disponível em:
<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=>

QUADROS, R. M. de. **Políticas linguísticas e educação de surdos**. In: V Congresso Internacional e XI Seminário Nacional do INES, 2006, Rio de Janeiro. Anais do Congresso: Surdez, família, linguagem e educação. Rio de Janeiro: INES, 2007. v.1. p.94 – 102.

RAO, G. A.; KISHORE, P. V. V. **Selfie video based continuous Indian sign language recognition system**. *Ain Shams Engineering Journal*, v. 9, n.4, p.

1929-1939. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.asej.2016.10.013>. Acesso em: 20 abr. 2024.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

REIS, J. et al. **Desinformação em Plataformas Digitais: Conceitos, Abordagens Tecnológicas e Desafios**. In: *Jornada de Atualização em Informática (JAI)*. Conferência da Sociedade Brasileira de Computação (CSBC). Capítulo 1, p. 10-59, 2022.

RESENDE, G., BENEVENUTO, F., et al. **(Mis)Information Dissemination in WhatsApp: Gathering, Analyzing and Countermeasures**. In: *International World Wide Web Conference Committee*, 2019. Anais... San Francisco: ACM Press, p. 1–11, 2019. Disponível em: <https://homepages.dcc.ufmg.br/~fabricio/download/resende-www2019.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.

Reuters Institute. **Digital News Report 2018**. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/digital-news-report-2018.pdf>. Acesso em: 30 mar 2024.

ROCHA, C.; MELGAÇO, S.C. **O uso de aplicativos para tradução de Libras**. In: *Simpósio Internacional de Inovação em Mídias Interativas*, 5. (SIIMI/2018). [...] Anais... Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018. Disponível em: https://siimi.medialab.ufg.br/up/777/o/4_-_Sarah_Melgaco.pdf. Acesso em: 20 abr 2024.

RUBIN, V. L., Chen, Y., and Conroy, N. J. **Deception detection for news: three types of fakes**. In: *Proc. of the Annual Meeting of the Association for Information Science and Technology (ASIS&T)*. American Society for Information Science. p. 83, 2015.

SHARMA, K. et al. **Combating fake news: A survey on identification and mitigation techniques**. *ACM Transactions on Intelligent Systems and Technology (TIST)*, 10(3): p. 1-42, 2019. Disponível em: <https://arxiv.org/pdf/1901.06437.pdf>.

SOARES, F. B. et al. **Infodemia e Instagram: como a plataforma é apropriada para a produção de desinformação sobre a hidroxicloroquina?** *Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 23, n. 2, p. 89–103, 14 set. 2021.

VOSOUGHI, S., Roy, D., & Aral, S. **The spread of true and false news online**. *Science*, 359(6380), 1146–1151, 2018.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Strasbourg: *Concil of Europe*, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2H2Rqvc>. Acesso em: 30 mar 2024.

7 APÊNDICES

Apêndice A - Tabela de resultados do questionário online das perguntas 1 a 5

Data	Pergunta 1	Pergunta 2	Pergunta 3	Pergunta 4	Pergunta 5
20/05/2024	54 a 65 anos	Sim	Redes Sociais	Todos os dias	Todos os dias
20/05/2024	54 a 65 anos	Sim	Redes Sociais	Todos os dias	Mais de uma vez por semana
21/05/2024	54 a 65 anos	Sim	Televisão	Todos os dias	Raramente
21/05/2024	54 a 65 anos	Sim	Televisão	Todos os dias	Todos os dias
21/05/2024	45 a 54 anos	Sim	Jornais digitais	Todos os dias	Todos os dias
22/05/2024	45 a 54 anos	Sim	Jornais digitais	Todos os dias	Todos os dias
27/06/2024	45 a 54 anos	Sim	Redes Sociais	Uma vez por semana	Raramente
30/06/2024	45 a 54 anos	Sim	Redes Sociais	Mais de uma vez por semana	Todos os dias
21/05/2024	35 a 44 anos	Sim	Redes Sociais	Todos os dias	Todos os dias
22/05/2024	35 a 44 anos	Sim	Redes Sociais	Mais de uma vez por semana	Mais de uma vez por semana
22/05/2024	35 a 44 anos	Sim	Jornais digitais	Todos os dias	Todos os dias
22/05/2024	35 a 44 anos	Sim	Jornais digitais	Todos os dias	Todos os dias
27/06/2024	35 a 44 anos	Sim	Redes Sociais	Todos os dias	Todos os dias
27/06/2024	35 a 44 anos	Sim	Redes Sociais	Mais de uma vez por semana	Mais de uma vez por semana
29/06/2024	35 a 44 anos	Sim	Redes Sociais	Nunca	Todos os dias
30/06/2024	35 a 44 anos	Sim	Televisão	Raramente	Nunca
30/06/2024	35 a 44 anos	Sim	Televisão	Uma vez por semana	Nunca
22/05/2024	25 a 34 anos	Sim	Redes Sociais	Uma vez por semana	Uma vez por semana
22/05/2024	25 a 34 anos	Sim	Redes Sociais	Todos os dias	Todos os dias
17/06/2024	25 a 34 anos	Sim	Redes Sociais	Raramente	Todos os dias
27/06/2024	25 a 34 anos	Sim	Redes Sociais	Raramente	Mais de uma vez por semana
27/06/2024	25 a 34 anos	Sim	Redes Sociais	Raramente	Todos os dias
27/06/2024	25 a 34 anos	Sim	Redes Sociais	Nunca	Uma vez por semana

17/06/2024	18 a 24 anos	Sim	Redes Sociais	Todos os dias	Todos os dias
------------	--------------	-----	---------------	---------------	---------------

Fonte: elaboração própria (2024)

Apêndice B - Tabela de resultados do questionário online das perguntas 6 a 10

Data	Pergunta 6	Pergunta 7	Pergunta 8	Pergunta 9	Pergunta 10
20/05/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Facebook	https://www.instagram.com/portoalegre24horas?igsh=MTk0ZnVwMjNqenl3OQ== https://www.instagram.com/tanafarrapo?igsh=MWpnM3l5ZDNnZW5rMQ== https://www.instagram.com/advogadoemlibras?igsh=YTRndm9pYjN6MWdm https://www.instagram.com/correiodopovo?igsh=ZzqxZmM2Mjhnb2t3	Raramente	https://www.correiodopovo.com.br	Muitas vezes
20/05/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Facebook, Youtube	Não entendi	Todos os dias	Não entendi	Às vezes
21/05/2024	Instagram	Instagram	Todos os dias	Jornal	Muitas vezes
21/05/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Facebook, Twitter (X)	Jornal	Todos os dias	Jornal	Às vezes
21/05/2024	Whatsapp e Telegram	Nem	Todos os dias	Nem	Às vezes
22/05/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Youtube	www.google.com	Todos os dias	www.google.com	Sempre
27/06/2024	Whatsapp e Telegram,	youtube.com/@tvines.oficial	Mais de uma vez por	youtube.com/@tvines.oficial	Às vezes

	Instagram, Facebook, Youtube		semana		
30/06/2024	Instagram	Varias links	Mais de uma vez por semana	Várias links	Às vezes
21/05/2024	Twitter (X)	https://www.facebook.com/kley.hertz?mibextid=ZbWKwL	Todos os dias	https://www.instagram.com/taiane.zanuso?igsh=cGlyc2NuN24xaW1w	Às vezes
22/05/2024	Instagram, Facebook	Rbs, G1, fofocas	Todos os dias	G1, RBS, Cleo Cun.	Muitas vezes
22/05/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Facebook	tilsjur.ufsc srssoficial	Todos os dias	https://gauchazh.clicrbs.com.br/? https://www.correiodopovo.com.br/ https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/	Às vezes
22/05/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Facebook, Youtube	Eu prefere TV jornal com janela intérprete de libras	Todos os dias	Globo , GZH e jornal pioneiro (Caxias do sul)	Muitas vezes
27/06/2024	Instagram	Jornal RPC, jornal CNN e entre outros jornais digitais.	Todos os dias	Sites da rpc (PR), CNN, Gazeta do Povo, Omelete e Adoro Cinema	Às vezes
27/06/2024	Instagram	Sites no Microsoft Edge	Mais de uma vez por semana	Jornal Extra	Às vezes
29/06/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Youtube	https://www.instagram.com/ssrsoficial?igsh=MRpaGx4Nm52MzdzeQ==	Nunca	Não acesso	Muitas vezes
30/06/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Facebook	Sim qual tv canal bem tem libras	Nunca	Ainda não	Raramente
30/06/2024	Whatsapp e Telegram	Pouco	Todos os dias	Site	Nunca

22/05/2024	Whatsapp e Telegram	WhatsApp	Uma vez por semana	WhatsApp	Muitas vezes
22/05/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Twitter (X)	Fui pesquisa Google	Todos os dias	Diário gaúcho, globo e estadão	Às vezes
17/06/2024	Instagram	Cole e links	Raramente	Link	Raramente
27/06/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram	Insta @investlibrasoficial, @cifraonamaooficial	Raramente	Aba de notícias do Google, sites aleatórios	Às vezes
27/06/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Facebook, Youtube, Twitter (X)	G1, Choquei e monte perfis de X	Todos os dias	Globo, Estadão, Folha de São Paulo e CNN	Nunca
27/06/2024	Instagram, Youtube	https://www.youtube.com/@H3WORLDTV	Raramente	g1.com	Sempre
17/06/2024	Whatsapp e Telegram, Instagram, Facebook, Twitter (X)	@jornalprimeirahora Instagram @cronicas da surdez Instagram	Todos os dias	@jornalprimeirahora Instagram @cronicas da surdez Instagram	Muitas vezes

Fonte: elaboração própria (2024)

Apêndice C - Tabela de resultados do questionário online das perguntas 11 a 15

Data	Pergunta 11	Pergunta 12	Pergunta 13	Pergunta 14	Pergunta 15
20/05/2024	Na TV muitas vezes não tem intérprete de Libras, as vezes nem legenda o programa oferece	Intérprete de Libras, Vídeos em linguagem de sinais	Sim	Libras	Raramente
20/05/2024	Não entendi	Legendas, Intérprete de Libras, Vídeos em linguagem	Sim	Legendas	Às vezes

		de sinais, Transcrição			
21/05/2024	Site	Intérprete de Libras	Sim	Libras	Muitas vezes
21/05/2024	Zh jornal	Legendas, Intérprete de Libras	Sim	Libras	Às vezes
21/05/2024	Meu trabalho comunicar muito difícil com meu chefe	Intérprete de Libras	Sim	Legendas	Às vezes
22/05/2024	Nenhum	Legendas, Intérprete de Libras, Vídeos em linguagem de sinais, Transcrição	Sim	Legendas	Sempre
27/06/2024	globo.com não tem acessibilidade em Libras.	Legendas, Intérprete de Libras, Vídeos em linguagem de sinais	Sim	Libras	Às vezes
30/06/2024	Varias links	Intérprete de Libras	Sim	Libras	Às vezes
21/05/2024	Redes sociais	Intérprete de Libras	Sim	Libras	Sempre
22/05/2024	Internet ruim	Legendas, Intérprete de Libras	Sim	Libras	Nunca
22/05/2024	Palavras difíceis em português, palavras formais e cultas. As vezes tenho que pesquisar para saber o significado da palavra e entender o contexto.	Legendas, Intérprete de Libras	Sim	Libras	Às vezes
22/05/2024	Maioria sem legenda com TV e precisa com legenda ou com	Legendas, Intérprete de Libras	Sim	Legendas	Às vezes

	intérprete de libras				
27/06/2024	Legendas de closed caption com palavras erradas e a maioria dos programas não tem legenda ou interprete de Libras	Legendas, Intérprete de Libras	Sim	Legendas	Raramente
27/06/2024	Sem legenda	Legendas, Intérprete de Libras, Vídeos em linguagem de sinais, Transcrição	Sim	Legendas	Às vezes
29/06/2024	Televisão, site da Internet	Intérprete de Libras	Sim	Libras	Raramente
30/06/2024	Quer libras canal tem não 12 ,10, 5, 4, 2 Tem sim canal 7 libras .	Legendas, Intérprete de Libras	Sim	Libras	Nunca
30/06/2024	Tv	Legendas, Intérprete de Libras	Sim	Libras	Às vezes
22/05/2024	WhatsApp	Legendas, Intérprete de Libras	Sim	Libras	Muitas vezes
22/05/2024	Por causa eu não conheço palavra algum técnico área	Legendas, Intérprete de Libras	Sim	Legendas	Às vezes
17/06/2024	Dificuldade entender palavras no português, A maioria não tem Libras, Não entendo todo o contexto no português	Intérprete de Libras	Não	Libras	Raramente
27/06/2024	Depende, se for o texto muito formal pode ser difícil para entender	Legendas, Intérprete de Libras, Vídeos em linguagem de sinais,	Sim	Legendas	Raramente

		Transcrição			
27/06/2024	Nunca tive dificuldade	Legendas, Intérprete de Libras, Vídeos em linguagem de sinais, Transcrição	Não	Legendas	Às vezes
27/06/2024	Dois áreas: Saúde e Jurídica. Saúde: https://www.gov.br/saude/pt-br https://www.saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/homepage/outros-destaques/covid-19-plano-de-contingencia-boletins-diarios-e-outras-informacoes . Jurídica: https://portal.stf.jus.br/ https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/stf/ https://www.gov.br/mj/pt-br	Legendas, Intérprete de Libras, Vídeos em linguagem de sinais	Sim	Libras	Às vezes
17/06/2024	sem acesso a legendas na maioria dos vídeos	Legendas	Sim	Legendas	Às vezes

Fonte: elaboração própria (2024)